

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

O Habitar Doméstico.

UMA PERSPECTIVA PARA CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM CAMPO GRANDE - MS

Raquel Pires de Freitas

Campo Grande 2024



RAQUEL PIRES DE FREITAS

**O HABITAR DOMÉSTICO: UMA PERSPECTIVA PARA CRIANÇAS
EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM CAMPO
GRANDE - MS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como exigência parcial para a obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr.º Júlio Cesar Botega do Carmo.

CAMPO GRANDE, MS

2024

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a minha família pelo suporte e amor sem medida em todos os momentos que têm nos feito seres humanos dignos, frágeis e invencíveis. À minha mãe, que se dedicou sobremaneira a me fazer o que sou, não foi tarefa fácil, mas agradecer é o mínimo. Perdoa-me se quando quis que eu avançasse eu recuei, mas foi assim entre curvas, e estruturas complexas que se edificou cada conquista minha. Minha irmã Sara Pires, obrigada pelas orações, paciência e carinho.

E aos amigos, colegas que a vida, a faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFMS, em Campo Grande - MS, foram tão presentes e somaram nesse rico caminhar.

Aos meus professores, pelo aprendizado, apoio, competência, paciência e carinho. Mais que professores nessa relação professor-aluna foram incentivadores de uma formação de excelência. Em especial ao meu orientador Júlio Botega pela parceria e por uma trajetória que me trouxe grandes aprendizados e experiências para minha vida acadêmica e, certamente, profissional.

Por fim agradeço infinitamente a Deus pela vida e proteção durante o percurso e sei que assim será até o fim.

*Casa é um abrigo contra tempestades,
todo tipo de tempestade".
(William J. Bennett)*

RESUMO

A história brasileira frente às medidas preventivas de proteção a crianças e adolescentes em situação de risco social tem se baseado em princípios de vigilância e abrigo institucional. Com ênfase em um modelo que não isola, a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 e a Lei nº 12.010 de 2009 modificaram esse quadro. Preceituam por espaços de moradia na perspectiva de lar, apesar da tutela do Estado, até que os motivos da institucionalização sejam sanados. O acolhimento deve ser excepcional e transitório, mas não é essa a realidade. Esta abordagem, mediante revisão teórico-exploratória e de pesquisa de campo, identificou as edificações utilizadas para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de risco social, no município de Campo Grande - MS, com objetivo central de desenvolver um projeto arquitetônico com perspectiva do habitar doméstico. Identifica-se, primeiramente, a contextualização da realidade brasileira das edificações para o acolhimento institucional. Em seguida, apresenta resultados de uma pesquisa de campo para a análise das edificações, de crianças, em Campo Grande/MS. Ao final, propõe um projeto arquitetônico e urbanístico sob perspectiva de uma ambiência acolhedora e humanizada. Considera-se, pois, mesmo sendo medida excepcional para amparo de crianças/adolescentes em situação de risco, as edificações de acolhimento institucional podem promover a interação entre espaços, pessoas e atividades e criar condições para uma vida saudável em sentido amplo, além de garantir a inclusão, tão almejada pela legislação brasileira.

Palavras-chave: Risco social; Estatuto da Criança e Adolescente; Medidas de Proteção; Acolhimento Institucional; Habitar doméstico.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. CONTEXTUALIZAÇÃO O HABITAR INSTITUCIONALIZADO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL.....	22
2.1.O Habitar Institucionalizado.....	23
2.2.Arquitetura e o Habitar.....	36
3. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CAMPO GRANDE-MS.....	40
3.1.Edificações do Acolhimento Institucional na Modalidade Abrigo para Crianças e Adolescentes em Mato Grosso do Sul.....	40
3.2.Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes em Campo Grande – MS.....	41
3.3. Análise das edificações do acolhimento de crianças e adolescentes em Campo Grande - MS: a ambiência do habitar doméstico.....	43
3.3.1. UAICA I	43
3.3.2. UAICA II.....	46
3.3.3.UAICA III.....	49
3.3.4. UAICA IV.....	53
4. PROPOSTA DE UNIDADE DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM CAMPO GRANDE-MS PARA O ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES.....	58
4.1. Referências Projetuais.....	59
4.1.1. The Children’s Home Of The Future.....	59
4.1.2. Creche HN.....	67
4.2. Diretrizes e Parâmetros Projetuais.....	72
4.3. Programa de necessidades e Pré-Dimensionamento.....	76
4.4. Escolha da área de implantação da UAICA.....	79

4.4.1. Educação.....	81
4.4.2 Saúde.....	82
4.4.3. Transporte Público.....	84
4.4.4.Segurança.....	85
4.4.5.Uso e ocupação do solo.....	86
4.5. Partido Arquitetônico.....	89
4.6. Aspectos Volumétricos.....	91
4.7. Proposta Projetual.....	94
4.8. Perspectivas.....	114
5. CONCLUSÃO.....	126
6. REFERÊNCIAS.....	128

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da Região do Prosa com destaque o Bairro Jardim Veraneio - Campo Grande – MS.....	43
Figura 2 - Muro com jardim vertical - UAICA I.....	44
Figura 3 - Sala de estar com banner temático - UAICA I.....	44
Figura 4 - Dormitórios amplos e confortáveis - UAICA I.....	45
Figura 5 - Porta do quarto com homenagem póstuma - UAICA I.....	45
Figura 6 – Porta do quarto com indicações numérica - UAICA I.....	45
Figura 7 - Mapa da Região do Imbirussu com destaque o Bairro Jardim Panamá - Campo Grande - MS.....	47
Figura 8 – Dormitórios - UAICA II.....	48
Figura 9 - Sala Pedagógica - UAICA II.....	48
Figura 10 - Área externa, foto 01 - UAICA II.....	48
Figura 11 - Área externa, foto 02 - UAICA II.....	48
Figura 12 - Mapa da Região do Bandeira com destaque o Bairro Vilas Boas - Campo Grande - MS.....	50
Figura 13 - Área Externa - UAICA III.....	50
Figura 14 - Dormitório, foto 01 - UAICA III.....	51
Figura 15 - Sala de estar - UAICA III.....	51
Figura 16 - Dormitório, foto 02 - UAICA III.....	51
Figura 17 – Sanitário dos dormitórios - UAICA III.....	51
Figura 18 - Mapa da Região Centro com destaque o Bairro Vila Carvalho - Campo Grande - MS.....	53
Figura 19 - Sala administrativa - UAICA IV.....	54
Figura 20 - Sala de estar, foto 01 - UAICA IV.....	54
Figura 21 - Sala de estar, foto 02 - UAICA IV.....	54
Figura 22 - Muros altos - UAICA IV.....	55
Figura 23 - Área externa - UAICA IV.....	55
Figura 24 - Dispositivos de segurança - UAICA IV.....	54
Figura 25 - Banheiro dos dormitórios - UAICA IV.....	56
Figura 26 - Dormitório tipo suíte - UAICA IV.	56

Figura 27 - Fachada da Casa de Acolhimento para menores - CEBRA.....	59
Figura 28 - Sala com Janelas amplas - The Children's Home of The Future.....	60
Figura 29 - Iluminação natural - The Children's Home of The Future.....	60
Figura 30 - Setorização - The Children's Home of The Future.....	61
Figura 31 - Área externa - The Children's Home of The Future.....	61
Figura 32 - Localização aproximada- The Children's Home of The Future.....	62
Figura 33 - Implantação- The Children's Home of The Future.....	63
Figura 34 - Elevações 01 - The Children's Home of The Future.....	64
Figura 35 - Elevações 02 - The Children's Home of The Future.....	64
Figura 36 - Planta Térreo - The Children's Home of The Future.....	65
Figura 37 - Planta 1º piso - The Children's Home of The Future.....	65
Figura 38 - Composição da Forma The Children's Home of The Future.....	66
Figura 39 - Fachada - Creche HN.....	67
Figura 40 - Pátio interno - Creche HN.....	68
Figura 41 - Pátio externo - Creche HN.....	69
Figura 42 - Planta de piso - Creche HN.....	69
Figura 43 - Implantação – Creche HN	70
Figura 44 - Cortes - Creche HN.....	70
Figura 45 - Elevações edificação1 - Creche HN.....	71
Figura 46 - Elevações edificação2 - Creche HN.....	71

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 47 - Mapa do estado de Mato Grosso do Sul.....	79
Figura 48 - Mapa do município de Campo Grande.....	79
Figura 49 - Mapa região urbana, destaque Região Prosa.....	80
Figura 50 - Região do Prosa, destaque bairro Chácara Cachoeira.....	80
Figura 51 - Área do Terreno, tipo de vias.....	80
Figura 52 - Equipamentos urbanísticos, raio de abrangência para escolas.....	81
Figura 53 - Equipamentos urbanísticos, raio de abrangência para UBS e Hospitais.....	82
Figura 54 - Proposta de local para instalação de uma UBS.....	83
Figura 55 - Equipamentos urbanísticos, raio de abrangência para transporte público.....	84
Figura 56 - Equipamentos urbanísticos, raio de abrangência para Segurança.....	85
Figura 57 – Uso e ocupação do Solo, Bairro Chácara Cachoeira.....	86
Figura 58 - Terreno escolhido.....	87
Figura 59 - Fluxograma e setorização dos ambientes.....	90
Figura 60 - Desenvolvimento da Forma.....	92
Figura 61 - Planta Situação.....	94
Figura 62 - Implantação.....	96
Figura 63 - Planta Setorial.....	98
Figura 64 - Simulação Solar Poente	100
Figura 65 – Detalhe Veneziana	100
Figura 66 - Simulação Solar Nascente	101
Figura 67 - Planta Técnica 1-2.....	102
Figura 68 - Planta Chave 01.....	103
Figura 69 - Planta Técnica 2-2	104
Figura 70 - Planta Chave 02.....	104

Figura 71 - Corte A	108
Figura 72 - Corte B	108
Figura 73 - Planta Humanizada.....	110
Figura 74 – Isométrico.....	112
Figura 75 - Sala de Administração.....	114
Figura 76 - Sala de Administração Técnica.....	114
Figura 77 - Cozinha	115
Figura 78 - Deck área externa.....	115
Figura 79 - Sala descanso	116
Figura 80 - Sala de enfermaria	116
Figura 81 - Sala Psicóloga	117
Figura 82 – Recepção.....	117
Figura 83 - Sala de informática.....	118
Figura 84 - Sala de Estudo.....	118
Figura 85 - Espaço mochilas	119
Figura 86 - Refeitório / Sala de estar.....	119
Figura 87 - Quarto tipo	120
Figura 88 – Playground.....	120
Figura 89 - Jardim Sensorial	121
Figura 90 – Horta.....	121
Figura 91 – Deck.....	122
Figura 92 – Bosque.....	122
Figura 93 – Fachada Rua Dr. Osvaldo Arantes Filho	123
Figura 94 – Fachada Rua Flocos	123
Figura 95 – Fachada Rua Coronel Cacildo Arantes	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Infraestrutura sugerida pelo MDS (2009) (p.72).....	73
Tabela 2 - Sugestões de diretrizes para o projeto.....	74
Tabela 3 - Programa de necessidades.....	77
Tabela 4 - Pré-dimensionamento de ambientes.....	78
Tabela 5 - Enquadramento dos índices para o terreno.....	88
Tabela 6 - Áreas e índices limites, para o projeto.....	88
Tabela 7 - Mapa Janelas.....	106
Tabela 8 - Mapa Portas	107
Tabela 9 - Áreas e índices do projeto.....	124

I INTRODUÇÃO



No Brasil, o modelo de assistência à infância e adolescência em situação de risco social passou por modificações com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8.069 de 1990 e posteriormente, a lei nº 12.010 de 2009. Ambas redefiniram a forma e o local de atendimento passando das grandes instituições com crianças órfãs, carentes, abandonadas e infratoras no mesmo ambiente, para instituições menores, com características particularizadas em razão dos motivos da institucionalização.

Dentre as modalidades criadas, está o “abrigo em entidade”, que em 2009, teve seu nome alterado para “acolhimento institucional”. É um serviço que oferece abrigo provisório para crianças e jovens, entre zero e dezoito anos incompletos, em processo de adoção ou não, com ou sem família próxima ou estendida, de ambos os sexos, afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo. São espaços que não implicam em reclusão, devendo salvaguardar o direito à saúde, educação e moradia.

Tal contexto apresentado e a experiência a partir de uma vivência próxima com uma profissional da área de Serviço Social, e sua prática em instituição de acolhimento de crianças e adolescentes, em Campo Grande - MS, gerou uma provocação e reflexão sobre como essas instituições devem atender às necessidades de moradia, mas, sobretudo, promover a interação entre espaços, pessoas e atividades e criar condições para uma vida saudável física e emocional de crianças e adolescentes acolhidos e de que forma a arquitetura pode colaborar com isso.

Sabe-se que o lar tem grande interferência sobre o desenvolvimento de indivíduos, visto que passam a maior parte de seu tempo neste local. Certamente, propiciar ambientes com qualidade física, mediante a oferta de um espaço que promova o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, contribui com a formação de pessoas mais seguras e felizes.

O objetivo central deste trabalho, é a proposta de projeto arquitetônico para uma instituição de acolhimento onde abrigam crianças de 8 a 12 anos, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, sob perspectiva de uma ambiência acolhedora e humanizada.

Os procedimentos metodológicos aplicados foram: revisão de literatura, a observação espacial e das interações de todos os atores envolvidos com o espaço de acolhimento institucional, como também o cruzamento entre os descritores temáticos: risco social; Estatuto da Criança e Adolescente; medidas de proteção; acolhimento institucional e habitar doméstico. Utilizou-se como critérios de inclusão: ano de publicação, considerando a atualidade sobre a temática, e número de citações por outros autores, considerando a qualidade do material bibliográfico; disponibilidade do artigo na íntegra; publicação no Brasil.

A revisão de literatura e o resultado das anotações das visitas em quatro Unidades de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (UAICA) serviram de fundamentação teórica e prática, acerca do espaço de vivência de crianças e adolescentes acolhidos, em instituições da cidade de Campo Grande - MS. Na revisão de literatura, foram levantados os assuntos relevantes ao ambiente institucional, à importância do contexto ambiental no desenvolvimento humano.

As visitas resultaram em avaliação sobre os aspectos físicos, (infraestrutura arquitetônica dos ambientes) dos comportamentais, (relações sociais promovidas pelas características espaciais) e dos ambientais (condições de conforto proporcionadas pelo espaço físico, a partir das variáveis: iluminação, térmica e acústica).

Assim, a partir da sistematização dos dados obtidos na pesquisa teórica e empírica, colaboraram para os critérios e diretrizes projetuais, para desenvolver um projeto arquitetônico de uma unidade de acolhimento com perspectiva do habitar doméstico conforme a ideia de lugar livre de barreiras físicas e, principalmente, sociais.

No segundo capítulo, buscou identificar a contextualização da realidade brasileira das edificações para a institucionalização de crianças e adolescentes, bem como trazer a relação direta sobre o habitar e arquitetura, caracterizando através dos referenciais teóricos, a influência que os ambientes possuem sobre o indivíduo.

No terceiro capítulo, apresentou-se os resultados de uma pesquisa de campo para a análise das edificações do acolhimento, de crianças e adolescentes, em Campo Grande/MS.

No quarto capítulo, é proposto um projeto arquitetônico e urbanístico sob perspectiva de uma ambiência acolhedora e humanizada, que inicia com apresentação do programa de necessidades atendendo os requisitos da legislação vigente, somado às propostas de melhoria.

Espera-se que este trabalho possa indicar a importância da arquitetura para as edificações de acolhimento institucional ao promover a interação entre espaços, pessoas e atividades e criar condições para uma vida saudável em sentido amplo, além de garantir a inclusão, tão almejada pela legislação brasileira.

Em razão do sigilo que existe para a proteção dos menores conforme o ECA, inclusive configurando crime sem autorização devida, nome, ato ou documento do menor de idade (art.247§1º) qualquer informação em relação ao local, disponibilidade das linhas de ônibus, informação detalhadas em texto e fotografias são respeitadas, bem como o termo de confidencialidade assinado pela graduanda, não se pode expor detalhes e análise da infraestrutura , mobilidade urbana que são feitos em outros tipos de projetos arquitetônicos. Visto que é possível identificações específicas que contribui para o crime de exposição desses menores.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO O HABITAR INSTITUCIONALIZADO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

2.1 O HABITAR INSTITUCIONALIZADO

A realidade de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e comunitário, acontece por diferentes e complexos fatores e muitos destes tem relação com a capacidade de unidades familiares não conseguirem superar as vulnerabilidades individuais, coletivas e conjunturais e, estas, muitas vezes associadas entre si.

A Constituição de 1988 prevê que o Estado seja responsabilizado como o ente que deve intervir nesse processo e dar soluções por meio de políticas públicas, dado que a falta de acesso à infraestrutura básica diminui as chances de permanência na escola e aperfeiçoamento na educação, o qual seria a porta de saída para desprender-se desse ciclo (IPEA, 2018, p.88).

O motivo para a institucionalização é variado, mas relaciona-se frequentemente, ao quadro de vulnerabilidade social (IPEA, 2018). E o processo de acolhimento é um momento difícil na vida das crianças e adolescentes, porque eles deixam suas famílias para viverem sob a tutela do Estado.

Direito garantido somente com a vigência da Constituição de 1988, crianças e adolescentes passaram a ter prioridade, culminando em seu reconhecimento como sujeitos de direitos, em 1990 com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e posteriormente, a lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009.

Infelizmente, o direito garantido, mesmo que prevê para a situação de acolhimento institucional o caráter provisório, mas por diferentes razões, pode levar meses ou anos para terminar – em média de dois anos, segundo Savi (2008).

As crianças e os adolescentes institucionalizados frequentemente peregrinam entre as casas de origem e as instituições. Algumas passam mais tempo institucionalizadas do que nas suas famílias de origem, de maneira que a instituição pode se transformar na única relação de habitar doméstico que possuem.

Acredita-se que a situação de provisoriedade almejada pela legislação brasileira para o acolhimento institucional, possa ser um dos motivos para que não haja reflexões mais profundas sobre o ambiente construído dessas instituições.

Por outro lado, é justamente a realidade de longa permanência que justifica a necessidade de a Arquitetura propor caminhos para alterar positivamente as políticas públicas nesse contexto de proteção social e oferecer projetos que tenham desdobramentos sobre esta situação sob esse viés do habitar doméstico humanizado e acolhedor.

Coerentemente, trata com a mesma perspectiva deste trabalho, o texto de Savi e Dischinger (2016), ou seja:

Consequentemente, para investigar a ambiência é necessário incluir uma abordagem sensível, com enfoque qualitativo. Afinal, ela funciona como um agente de ligação entre as diversas sensações experimentadas pelos usuários em uma dada situação (PINHEIRO, 2004). Apoiando-se na fenomenologia da percepção, Thibaud (2004) trata do assunto buscando o lugar do corpo na maneira de apreender o mundo, e ressalta que “a noção de ambiência se inscreve nesta perspectiva de ‘embodiment’ para a qual nossas categorias conceituais não são dissociáveis de nossa atividade sensório-motora” (p. 146). Nesse sentido, o conceito aproxima-se da noção de lugar, abordada em pesquisas de Arquitetura, Geografia Humana e Filosofia, que tratam o espaço reconhecido como lugar, e indicam a importância de fatores materiais e imateriais (ambos componentes da ambiência) para esse reconhecimento. (SAVI; DISCHINGER, 2016; p 60-61)

No texto de Gulassa (2010) afirma-se a necessidade do serviço de acolhimento de promover relações profundas para autoconstrução como sujeitos, acreditando que:

Todas as ações nos serviços de acolhimento são possibilidades de rever a história. Os serviços de acolhimento devem proporcionar aos acolhidos espaços de encontro consigo próprio para saber “quem sou eu e qual é o meu lugar no mundo”. Todas as ações nesses serviços devem estar articuladas para trazer esta possibilidade. (GULASSA, 2010; p.53)

A legislação brasileira controla a administração desse modelo institucional, mas é generalista e, algumas vezes, incipiente nas reflexões do ambiente construído. Há o artigo 92 do ECA, os Códigos de Obras municipais (referentes à higiene e salubridade) e cartilhas desenvolvidas em âmbito federal. Todos estes documentos são limitados quanto às questões de ambiência e atributos qualitativos, tão importantes para a apropriação e identidade com o ambiente construído, especialmente em instituições que substituem (provisoriamente ou não) a casa, como o acolhimento institucional.

Em pesquisa sobre o referencial teórico proposto, considera-se, pois, estudos de Savi e Dischinger (2016), sobre o perfil das instituições, que, em sua maioria, ocupam edificações alugadas e adaptadas ao uso; muitas vezes sem ambiência de uma habitação doméstica, em razão da coletividade dos ambientes e das funções administrativas ali realizadas.

Registra-se ainda, que muitas delas apresentam dificuldades para atender aos propósitos primordiais, porque enfrentam problemas diversos: de questões administrativas e financeiras à infraestrutura. O resultado desse panorama são ambientes construídos destinados a acolher pessoas em fase de formação moral, social e psicológica, mas que desconsideram completamente a perspectiva dos usuários.

Contraria-se, então, o aporte teórico investigado neste trabalho, acerca da relação homem-ambiente construído que reitera as mais variadas relações de troca entre a pessoa e o ambiente em que vive, de forma que, segundo Gulassa (2010), o espaço pode condicionar tanto as relações interpessoais como as relações com o ambiente. Para a autora:

(...)quando o acolhimento se dará por um período mais longo, a casa - lar ou o abrigo institucional deverá construir, em parceria com a criança ou o adolescente, um projeto de vida que o respalde até sua emancipação. Eles podem permanecer na instituição acolhedora, apoiados por educadores fixos, até estarem preparados para assumir os desafios da autonomia. Tal projeto deve favorecer uma programação específica, construindo redes de relações sociais, profissionalização, domínio do território etc. A construção desta rede comunitária para crianças e adolescentes é extremamente importante. (GULASSA, 2010; p.35)

E, nessa perspectiva, por considerar a fase infanto-juvenil como a fase de maior importância no desenvolvimento cognitivo e psicossocial do indivíduo, acredita-se que os fatores econômicos, o ambiente que os jovens estão inseridos e os prejuízos em sua educação afetam negativamente seu desenvolvimento e suas perspectivas de futuro. Para Savi e Dischinger (2008), é fundamental reconhecer que:

(...)Uma das formas de suprir as necessidades do desenvolvimento humano e minimizar o problema psicológico é através da elaboração de ambientes que permitam a construção da identidade do abrigado e a apropriação espacial como num lar, possibilitando a (re)construção dos conceitos e emoções nascidas das experiências vividas no cotidiano. (...)na percepção da interface homem e ambiente; na constatação de que cada indivíduo percebe e experimenta o mundo de forma individual e única; e nas dimensões comportamental e ambiental, que são fundamentais para a relação harmônica entre homem e ambiente. (SAVI, DISCHINGER, 2008; p.12)

Portanto, enquanto as mudanças de cunho social não suprem as variáveis da situação de vulnerabilidade que ocasionam o acolhimento, é fundamental refletir sobre o ambiente construído em seus aspectos quantitativos e qualitativos de ambiência, para que as instituições não repitam (mesmo que sem intenção) práticas assistencialistas históricas, com fortes características de reclusão e isolamento.

Como exemplo, temos o conceito de instituições totais abordado pelo filósofo e teórico social francês, Michel Foucault, definidas como ambientes de convívio social nos quais as atividades diárias e a vida dos indivíduos são completamente controladas e regulamentadas. Foucault, em seu livro *Vigiar e Punir* (1975), utiliza a prisão para ilustrar como as instituições totais funcionam, afirmando que esses locais não apenas punem os criminosos, mas buscam reformatar suas identidades, moldando-os de acordo com normas sociais preestabelecidas.

Para alcançar esta concepção do acolhimento institucional, uma das possibilidades é estudar o ambiente construído a partir da sua ambiência, enfatizando as representações materiais e imateriais que fazem parte do habitar doméstico (BARONE, 2018). Portanto, precisam ser considerados aspectos de qualidade para permitir a vivência como em uma casa, e por consequência, o “sentimento de estar em casa”.

Construir uma perspectiva sobre o projeto arquitetônico pode ser muito mais complexo e envolve escolhas de diversos conhecimentos envolvidos, como aponta o texto de Thibaud (1983), que assim afirma:

Longe de ser homogênea, a estética ambiental contribui para o surgimento de duas perspectivas relativamente distintas: uma que é predominantemente cognitiva, com ênfase nos conhecimentos diversos envolvidos na experiência ambiental, e uma que é predominantemente sensível e mais proximamente conectada ao caráter imediato, afetivo e multissensorial de tal experiência. Enquanto a primeira é mais focada no papel do enquadramento cognitivo da apreciação estética e na importância do saber científico e tradições culturais, a última tende a ressaltar o caráter contextual da experiência estética, na imersão do sujeito sensível no âmbito do mundo que o envolve e com o qual ele ou ela está engajado. (THIBAUD, 2010; p.07).

Nos últimos anos, houveram muitas mudanças na área de proteção integral à criança e ao adolescente, no cenário nacional e internacional. Conceitos de direitos que antes haviam sido definidos e outros que se definiram resultaram na criação de marcos legais e normativas que desenharam a Proteção à Criança e ao Adolescente, sobretudo, com ênfase ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990 – e a Lei nº 12.010 (2009) - Lei de Adoção. Embora o desafio do que se alcançou como inovador no âmbito da proteção, ainda hoje, os lugares de acolhimento, muitas vezes, são encarados como lugares sociais da criança "desamparada" e marcados por uma ideologia assistencialista ou filantrópica.

Segundo estudos desde a década de 1980, em instituições coletivas de Educação Infantil, poderia auxiliar nossa compreensão com relação aos campos de investigação atuais. Destacam-se algumas questões acerca das práticas do abrigar e dos serviços de acolhimento institucional ao sofrerem modificações a partir desse conjunto de normativas citadas anteriormente. Dentre elas, destacam-se discussões sobre as políticas e práticas de Educação Infantil do passado que, de alguma maneira, repetiam e se entrelaçavam com as políticas e práticas atuais dos serviços de acolhimento.

São considerados abrigos, de acordo com Silva (2004, p.38), todas as instituições que oferecem acolhimento continuado à crianças e adolescentes desacompanhados de seus familiares, o que pressupõe regularidade nos serviços oferecidos e determina ao dirigente da instituição a equiparação legal ao guardião dos meninos e das meninas acolhidos.

As entidades, portanto, podem ser analisadas à luz dos artigos do ECA que tratam dos abrigos. Neste caso, excluem-se dessa definição as instituições com exclusividade de atendimento para adultos e adolescentes com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, mais conhecidas como comunidades terapêuticas, as quais têm seu funcionamento e prestação de serviços disciplinados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e não pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

A explicação para esse fato só pode ser compreendida pela análise das raízes histórico-culturais que remetem a formação da sociedade brasileira e a certas representações acerca da criança e da família pobre, que ainda subsistem e prevalecem no fazer cotidiano das entidades de atendimento e no de muitas organizações que compõem o chamado Sistema de Garantia de Direitos.

De fato, a análise sobre como a história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil pode repercutir de maneira relevante para este estudo, pois tal percepção pode interferir no resultado que se propõe como objetivo central deste trabalho.

Houve necessidade de fazer a análise da documentação histórica sobre a assistência à infância dos séculos XIX e XX, que revelou que as crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criarem seus filhos eram sempre destinadas, ao buscarem o Estado, para instituições que as tratavam como órfãs ou abandonadas (Ministério da Saúde, 2005).

Segundo Freire (1994), as primeiras instituições / abrigo públicas foram fundadas em 1950 no Estado do Paraná e as instituições particulares (tanto religiosas quanto empresariais), foram fundadas nas décadas de 1960 e 1980.

Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 13 de julho de 1990) este tipo de atendimento institucional sofreu mudanças significativas. No Brasil as instituições chamadas orfanatos, reformatórios, internatos, educandários, eram caracterizadas pelo acolhimento de centenas de crianças em estadia permanente, muitas vezes até completar 18 anos. Caracterizavam-se por rotinas rígidas com presença de uniformes, a execução de trabalho doméstico a partir das particularidades de cada um.

A relação com funcionários se dava pelo cumprimento das rotinas estabelecidas, além de controlar e punir desvios. Eram situadas em locais afastados da comunidade e pautadas em um trabalho assistencial e de caridade. A oferta educacional e de atendimentos em saúde e grande parte das atividades aconteciam dentro de seu espaço, e assim, privavam as crianças e adolescentes da inserção comunitária.

Este retrato histórico era projeção de como as crianças e adolescentes de famílias pobres eram percebidos pela legislação existente, o antigo Código de Menores, que previa punição para aqueles vistos como delinquentes e abandonados e não a garantia de direitos.

Portanto, famílias carentes que não possuíam condições de zelar por seus filhos deveriam entregá-los aos cuidados do Estado. Isso significa que muitas dessas crianças não eram propriamente órfãs, mas apenas se encontravam impossibilitadas, por alguma razão, geralmente de ordem financeira, de conviverem com suas famílias.

Dessa maneira, crianças com diversas histórias e situações eram acolhidas nessas instituições e eram vistas como perigosas ou desafortunadas, devendo circular pouco na comunidade e serem "reformadas" por meio de rotinas e educação rigorosas.

Neste contexto, os termos utilizados para nomear crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e a instituição de acolhimento eram: orfanatos, crianças carentes, menor, abandonado.

O movimento da sociedade que refletia sobre esse modo de Proteção do Estado culminou na promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), em 1990, que redesenhou as regras para o acolhimento de crianças e adolescentes, e numa mudança de olhar para a infância e adolescência em situação de vulnerabilidade, pautada no cuidado e na garantia de direitos.

A partir daí, crianças e adolescentes passaram a ser identificados como sujeitos em uma fase específica do desenvolvimento, com necessidade de cuidados especiais e diferenciados para se desenvolver da melhor forma possível. E, assim, devem estar em família e na comunidade, com seus direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, absolutamente, assegurados.

Neste novo contexto e momento histórico, as instituições anteriormente responsáveis por institucionalizar crianças e adolescentes não fazem mais sentido, por isso precisam se adequar aos novos parâmetros.

O acolhimento é uma medida de proteção excepcional (último caso!) e provisória (menor tempo possível!), para situações de violação de direitos das crianças e adolescentes.

As modalidades de serviços de acolhimento previstas no ECA e, conforme a Resolução 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), são: casas lares (capacidade para 10 crianças e adolescentes), abrigo institucional (capacidade para 20 crianças e adolescentes) e família acolhedora (acolhimento na casa de uma família formada e acompanhada para exercer o papel de cuidador temporário).

Os serviços são orientados a possuir uma equipe técnica, com a presença de assistentes sociais e psicólogos, sendo responsáveis pela reintegração da criança ou adolescente à sua família de origem ou extensa (em primeiro lugar!) ou o encaminhamento para adoção quando esgotados todos os recursos de retorno à família.

Serviços de acolhimento deixam então de trabalhar pautados em ações assistencialistas e de caridade, tornando-se política pública, com parâmetros a serem seguidos. Segundo o "Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes" da Rede SAC (IPEA/CONANDA, 2004) encontrou cerca de 20 mil crianças e adolescentes vivendo nos 589 abrigos pesquisados em todo o Brasil.

A maior parte deles se encontra na região Sudeste, que concentra 49,1% dos abrigos e 45% dos abrigados. As participações das demais regiões no total de crianças e adolescentes institucionalizadas são bem menores: a região Nordeste é responsável por 29,4%; a região Sul, por 15,5%; a região Centro Oeste, por 8,2%, e a região Norte, por apenas 1,9%. A maior concentração de abrigos na região Sudeste reflete as próprias características do universo de abrigos que compõem a Rede SAC do Ministério do Desenvolvimento Social.

No conjunto das Instituições cadastradas na Rede SAC/ Abrigos para Crianças e Adolescentes, o percentual de Instituições no estado de Mato Grosso do Sul corresponde a 1,9%. Dados do IPEA (2003, p.26 - tabela 3) mostram que haviam cadastradas 39 instituições abrigo, das quais 17 eram de natureza religiosa.

Vale ressaltar para a construção que se pretende como proposta arquitetônica e urbanística, dentro do objetivo deste trabalho, pela concepção do papel da arquitetura em que não se define pela construção de espaços, mas pela possibilidade de revelá-los e limitá-los, apontando lugares que serão habitados.

No texto de Camargo (2007), percebe-se de maneira reflexiva que o antagônico se revela na percepção dos espaços e no movimento histórico direcionado à institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, neste sentido:

Diante da concepção de uma realidade doméstica em constante transformação, outra verificação, aparentemente antagônica à primeira, veio a partir da observação dos usos dos espaços domésticos: a apenas relativa incorporação dessa contemporaneidade dos modos de viver ao habitar doméstico. Por um lado, as novas configurações dos grupos familiares e os efeitos das novas tecnologias sobre o cotidiano doméstico, que alteram, por exemplo, os padrões de sociabilidade entre os membros do grupo doméstico e a relação público/privado, são incontestáveis. Entretanto, em meio a essa contemporaneidade, traços de flagrante tradicionalidade ainda fazem parte do atual habitar doméstico, sendo que o maior ou o menor grau com que ela é incorporada ao uso dos espaços habitados, assim como à própria percepção desses espaços, é uma questão específica de cada usuário ou grupo de usuários. (CAMARGO, 2007; p.11).

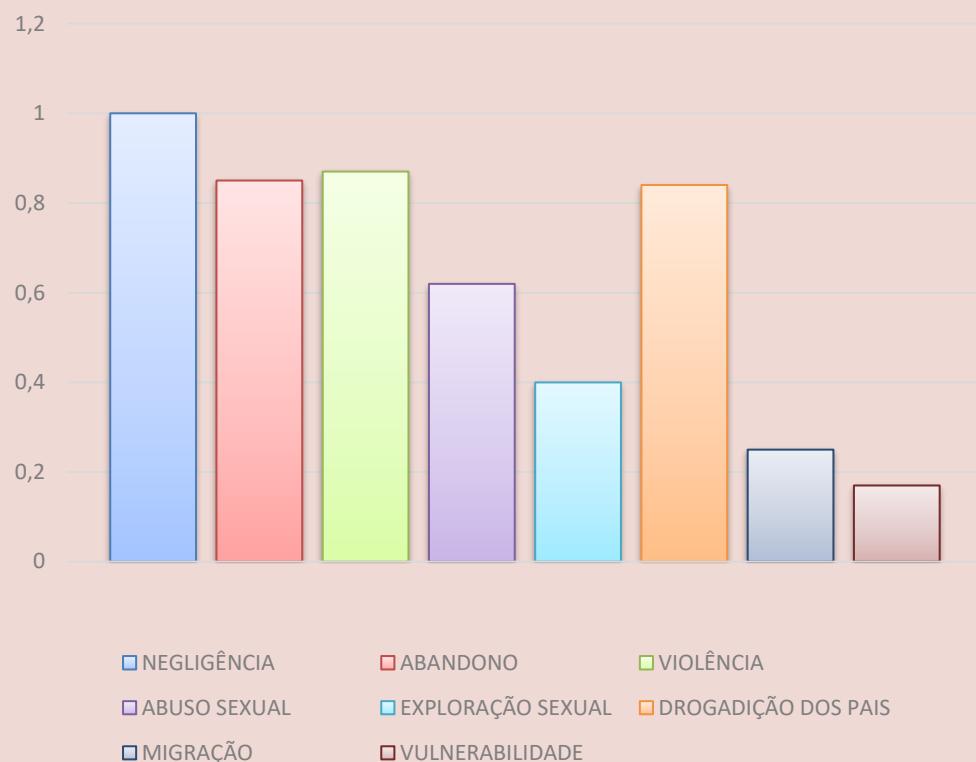
Portanto, mesmo após avanços normativos, ainda se percebe, pela metodologia aplicada em análise, uma forte identidade com um contexto antigo e que ainda reforça uma visão inadequada, criando estigmas e rótulos. Não existem crianças-carentes, crianças-abandonadas, crianças-órfãs, sim, existem crianças, existem adolescentes, existem famílias, histórias, realidades, classes sociais, origens, dificuldades e potências, e um trabalho para que todos possam viver em família e na comunidade.

Observou-se nas referências de pesquisa que há uma significativa influência religiosa, segundo o IPEA/ CONANDA (2003;p.26-2004), apontado no estudo de Berger (2005, p.174), mostra que esses abrigos de crianças e adolescentes correspondem a 67,2%, considerando o total de 68,3% dos abrigos que não são governamentais. No Brasil, cerca de 70% dos abrigos se mantêm com recursos próprios ou se originam de doações de pessoas físicas ou jurídicas. A participação do Estado na disponibilidade dos recursos públicos refere-se em torno de um terço do total. Afirma Berger (2005, p.173), mesmo com as inovações introduzidas pela definição legal, “na prática o atendimento em serviço de abrigo para crianças e adolescentes sempre teve maior participação de instituições filantrópicas e religiosas do que do serviços governamentais”. A contribuição do segmento religioso tem de fato uma significativa contribuição ao compor o Sistema de Proteção Especial à Criança e ao Adolescente no Brasil, como também apontar para as ausências socioassistenciais das políticas públicas no Brasil.

Na cidade de Campo Grande/MS, o acolhimento é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Políticas e Ações Sociais e Cidadania (SAS), e faz parte da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Este atendimento realiza ações quando o indivíduo ou a família tiveram seus direitos violados, e quando o vínculo familiar é rompido.

O acolhimento institucional garante a proteção integral – moradia, alimentação, trabalho – aos indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, em razão de maus tratos, violência, abusos, abandono, cumprimento de medidas socioeducativas. Segundo Plano da Rede de Serviço de Acolhimento para Crianças (2019), o gráfico abaixo apresenta as principais causas de acolhimento:

Gráfico 1 - Causas de acolhimento.



Fonte: Plano da Rede de Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens (2019) Alterado pela Orientada (2023).

Logo, este atendimento compreende: a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: Abrigo institucional; Casa - Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva. b) Serviço de Acolhimento em República; c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Para nosso estudo o foco voltou-se para o Serviço de Acolhimento - Abrigo institucional, este que segundo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da cidade de Campo Grande, MS, define-se como: Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta (CAMPO GRANDE, 2010).

Portanto, são “[...] instituições sem finalidade lucrativa, ou de utilidade pública de assistência ao menor abandonado [...]” (BRASIL, 1987) que ter por objetivo propiciar aos jovens um ambiente familiar que desenvolva a reintegração social.

Também, em Campo Grande - MS, observamos entidades religiosas assumindo a responsabilidade de gerir abrigos e, conseqüentemente, desempenhando um papel de braço do estado. Se por um lado o foco é a “obra de caráter social” e “evangelização”, fundamentos das igrejas, por outro, cada vez mais assistimos o estado redefinido seus espaços de atuação (ou de distanciamento).

A Rede Socioassistencial em Campo Grande - MS, compreende diferentes locais de atendimento evidenciando que diversos matizes ideológicos estão à frente destes trabalhos e são realizados atendimentos com focos em: abrigo/comunidade terapêutica a partir de 18 anos para usuários de substâncias psicoativas; Lar de Acolhimento; Casas Lares, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo institucional; Abrigo para Adolescentes Grávidas – 12 a 18 anos, Abrigo de passagem para crianças e adolescentes.

No ano de 2015, segundo o Diário Oficial de Campo Grande - MS, muitas instituições religiosas, que assumindo a responsabilidade de gerir Abrigos, receberam recursos financeiros. É perceptível uma diversidade de instituições que em parceria com o poder público atuam em Campo Grande - MS no atendimento à criança e aos adolescentes em situação de institucionalização.

2.2 ARQUITETURA E O HABITAR

A arquitetura não constrói espaços, mas revela-os e limita-os, definindo os lugares que podem ser habitados. Para o arquiteto, os homens, ao demorarem-se por um tempo em um determinado lugar, transformam esse lugar em habitação. Estar em paz, em um lugar protegido corresponde à essência do conceito de habitar.

A arquitetura tem uma função primordial sobre as possibilidades de vivências em torno de um projeto arquitetônico, isto é, segundo Heidegger (2002), em seu texto “Construir, Habitar e Pensar” de 1951, em que apresenta a concepção do conceito de habitar na relação que o homem mantém com o mundo.

Traz Heidegger uma analogia entre o habitar e o construir, portanto, sob a definição de que para ele, o habitar é a construção subjetiva que traz sentido do ser, sendo assim intrínseca para o sentido do construir.

Neste sentido o construir ascende à habitação não apenas como espaço de moradia, mas ao lugar repleto de sentidos para os indivíduos, onde a vida acontece. Para tanto, Heidegger traz em sua abordagem a fundamental importância do habitar como necessidade para a experiência humana.

Ser homem diz: ser como um mortal sobre essa terra. Diz: habitar. A antiga palavra *bauen* (construir) diz que o homem é à medida que *habita*. A palavra *bauen* (construir), porém, significa ao mesmo tempo: proteger e cultivar, a saber, cultivar a vinha. Construir significa cuidar do crescimento que, por si mesmo, dá tempo aos seus frutos. No sentido de proteger e cultivar, construir não é o mesmo que produzir. (p.127)

A contribuição do filósofo alemão, aponta para um mundo formado de quatro elementos, cada um refletindo os demais, reunindo-os de forma integradora.

Heidegger chamou quadratura: terra, céu, divinos e mortais. A terra é o suporte do construir e o céu é o espaço onde estão as nuvens, o sol, as estrelas em transformação, em movimentos cíclicos. Entre o céu e a terra, existe a arquitetura de forma escultórica, tornando visíveis as coisas do mundo, o ar, as plantas, os animais, a luz do dia, a escuridão da noite, a concepção do nosso mundo cotidiano.

Heidegger trouxe um novo olhar a concepção do habitar, que transcende a materialidade e a racionalidade estrita, com isso pode contribuir para as décadas posteriores de forma primordial para a cultura arquitetônica - considerando que o texto mencionado – sobre, trazendo um novo olhar.

Habitar é bem mais um demorar-se junto às coisas. Enquanto resguardo, o habitar preserva a quadratura naquilo junto a que os mortais se demoram nas coisas. (p.131).

Um modo de perceber o lugar – em que há o habitar doméstico - muito mais vinculado ao humanismo e ao existencialismo, tendência do campo filosófico. Correspondências ao texto de Nesbitt (2008), que define o humanismo como uma maneira do homem estar centrado no “ser em si”.

A construção filosófica de um homem que ora se individualiza, ora se amplifica como ser universal, tendo uma percepção sobre si de forma racional, portanto autor do seu destino.

E para o existencialismo concebe a essência do homem como sua própria existência no mundo, sendo assim, o homem é a representação de suas vivências, de seus sentimentos e ações.

Bachelard (1993) também compartilha das ideias de Heidegger ao definir o Habitar. Em seu livro “A poética do espaço” (1957), o autor busca reflexões sobre a relação do homem com o espaço que ultrapassam as questões materiais. Para ele, o espaço não é só o lugar físico, onde estão dispostos os objetos, mas é a representação do consciente e do inconsciente do ser, resultado de uma leitura psicológica do indivíduo sobre a realidade. Dessa forma, o Habitar é definido como a linguagem do ser, a expressão do homem no espaço universal.

Acredita-se, considerando a análise sobre a bibliografia estudada, que o espaço onde a ação de Habitar mais acontece é na casa. A palavra “casa” é definida por Lamparelli (2003, apud CAMARGO, 2007) como o espaço físico, o objeto material natural ou construído para suprir as necessidades básicas humanas. Mas a casa tem, segundo Camargo (2007), ao ser habitada, seu espaço apropriado pelos seus moradores, ganha identidade. Sendo assim, pode se dizer que:

(...)passou-me a ser especialmente arrebatadora a constatação da impossibilidade de se empregar um único discurso quando se pretende analisar os usos dos espaços domésticos ou as próprias concepções dos usuários a respeito seus espaços. Com isto, concluí que a adequação do espaço habitado aos modos de vida ali praticados só é verificada através das efetivas relações cotidianas que se dão *no* e *com* o espaço habitado;(...) (Camargo, 2007, p.11).

É assim que este estudo concebe as possibilidades criativas e de funcionalidade para o projeto arquitetônico no que se refere aos espaços destinados à institucionalização de crianças e adolescentes, entendendo que devem alcançar o abrigo com a perspectiva presente nas vivências que são construídas “no e com o espaço habitado”.

3 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CAMPO GRANDE-MS

3.1 EDIFICAÇÕES DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA MODALIDADE ABRIGO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MATO GROSSO DO SUL

Conforme informações da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (Sedhast), o Estado de Mato Grosso do Sul, em 2019, possuía 69 abrigos institucionais para crianças e adolescentes, 14 Casas-Lares e 12 Serviços de acolhimento em família acolhedora, distribuídos entre 65 dos seus 79 municípios e, ainda, conforme o Censo SUAS 2018, Mato Grosso do Sul contempla a segunda maior comunidade indígena do país, portanto, a cobertura de serviços socioassistenciais tem necessidade de refletir e ofertar serviços adequados à especificidade do público atendido, inclusive no contexto do fenômeno da institucionalização.

Não é possível determinar precisamente o número de crianças e adolescentes em situação de risco social que necessitam de acolhimento em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, devido à confidencialidade dos dados individuais e institucionais, além da possibilidade de variação dessas informações. O que se sabe é que o limite máximo para cada Unidade de Acolhimento Institucional é de 20 crianças. Os profissionais dessas unidades são instruídos a manter sigilo em relação às informações administrativas. É essencial estudar e planejar espaços adequados para acolher esses jovens e mitigar os traumas que enfrentam.

3.2 UNIDADE DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CAMPO GRANDE - MS

As Unidades de Acolhimento (UA), uma oferta da rede socioassistencial em Campo Grande – MS, são serviços que compõem a Política de Assistência Social do município e funcionam como um centro residencial temporário e transitório, visto ser medida protetiva de caráter excepcional, devido às situações de violação de direitos, ou abandono, ameaça, abuso, negligência, violência ou pela incapacidade de sua família fornecer proteção e os devidos cuidados aos que se encontram em situação de rua.

São espaços de acolhimento e de proteção preparatórios para o retorno à família de origem, podendo também ocorrer encaminhamento para um novo lar ou de alcance de autonomia. Sendo locais de convivência coletiva, devem estar preparados para receber crianças e adolescentes, que foram recolhidas através de medidas protetivas por alguma determinação judicial.

A criança/adolescente deve apenas ser encaminhada para uma Unidade de Acolhimento nesses casos de grande risco à sua integridade física ou emocional.

Esta oferta voltada ao público infantil pode ser dividida em Acolhimento Institucional – Crianças e Adolescentes – Modalidade Abrigo: com capacidade para 20 crianças e adolescentes. O ambiente deve ser similar a uma casa residencial, para facilitar a adaptação desses jovens, dentro de áreas residenciais na comunidade.

E, também, na Modalidade Casa - Lar: com capacidade máxima para 10 crianças e adolescentes. Uma unidade residencial, onde um indivíduo ou casal exerce a função de cuidador residente, disponibilizando os cuidados e atenção necessários para esses jovens.

Neste momento, inicia o processo de fundamentação para o estudo de caso para alcance do objetivo central deste trabalho. Em julho de 2022, foram expedidos ofícios de liberação da Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS) em resposta ao documento expedido pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul sob título Declaração de Vínculo Acadêmico para Visita Institucional com Objetivo de Cumprimento de TCC, com data de 21 de junho de 2022, viabilizando a realização de visitas institucionais.

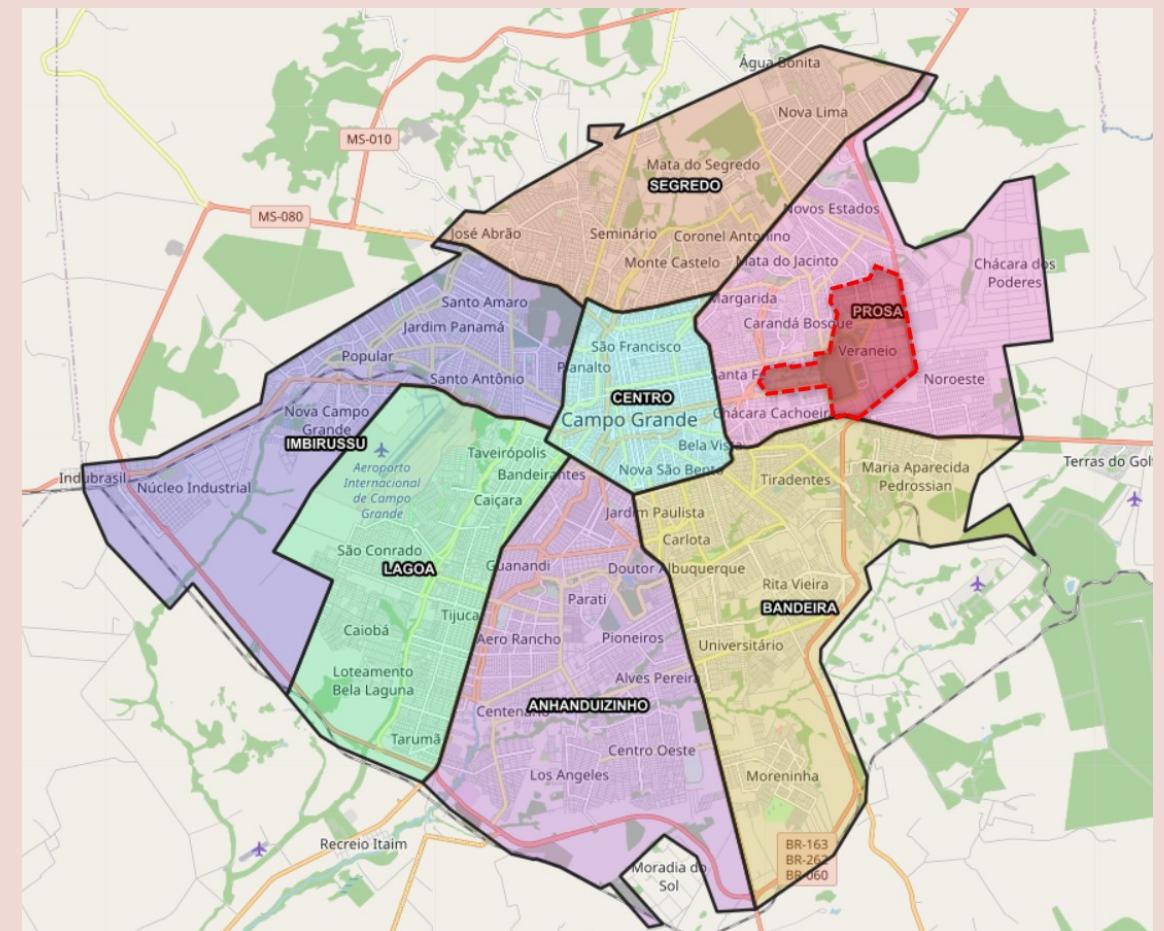
Foram realizadas 04 visitas institucionais, no dia 01 de agosto de 2022, em Unidades de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, em Campo Grande - MS, dessa maneira resultou em aporte de análise que se segue.

3.3 ANÁLISE DAS EDIFICAÇÕES DO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CAMPO GRANDE - MS: A AMBIÊNCIA DO HABITAR DOMÉSTICO

3.3.1 UAICA I

A edificação da UAICA I é residencial com qualidade estrutural, diversidade de espaços para acolhimento de crianças na primeira infância e até 12 anos de idade. Segundo relato da equipe muitas crianças saem da maternidade e são imediatamente acolhidas. A unidade é localizada no bairro Jardim Veraneio, na Região do Prosa, seu endereço exato é mantido em sigilo.

Figura 1 - Mapa da Região do Prosa com destaque o Bairro Jardim Veraneio - Campo Grande - MS



Fonte: SISGRAN, 2023. Elaboração autoral.

Figura 2 - Muro com jardim vertical - UAICA I.



Fonte: Elaboração autoral, 2022.

Figura 3 - Sala de estar com banner temático - UAICA I.



Fonte: Elaboração autoral, 2022.

Figura 4 - Dormitórios amplos e confortáveis - UAICA I.



Fonte: Elaboração autoral, 2022.

Observou-se que alguns dormitórios são identificados com números e outros com nomes de crianças que residiram na UAICA I e já faleceram (devido a comprometimentos de doenças) como uma homenagem póstuma.

Figura 6 - Porta do quarto com indicações numérica - UAICA I.



Fonte: Elaboração autoral, 2022.

Figura 5 - Porta do quarto com homenagem póstuma - UAICA I.



Fonte: Elaboração autoral, 2022.

O relato da equipe de colaboradores aponta a localização como um ponto negativo, pois possui apenas uma linha de ônibus e o ponto de parada de ônibus fica distante da UAICA, assim dificultando o acesso da equipe técnica e cuidadores, mas que de modo geral a UAICA I é confortável, segura e possui uma diversidade de espaços que qualificam como muito satisfatória.

Comparada às outras, esta apresenta uma infraestrutura superior devido à separação da área técnica da sala de estar e dos quartos. Conta com um amplo quintal e varandas onde as profissionais interagem com as crianças. Vale ressaltar que a inclinação das rampas internas não é adequada, sendo resultado de uma reforma que substituiu pequenas escadas.

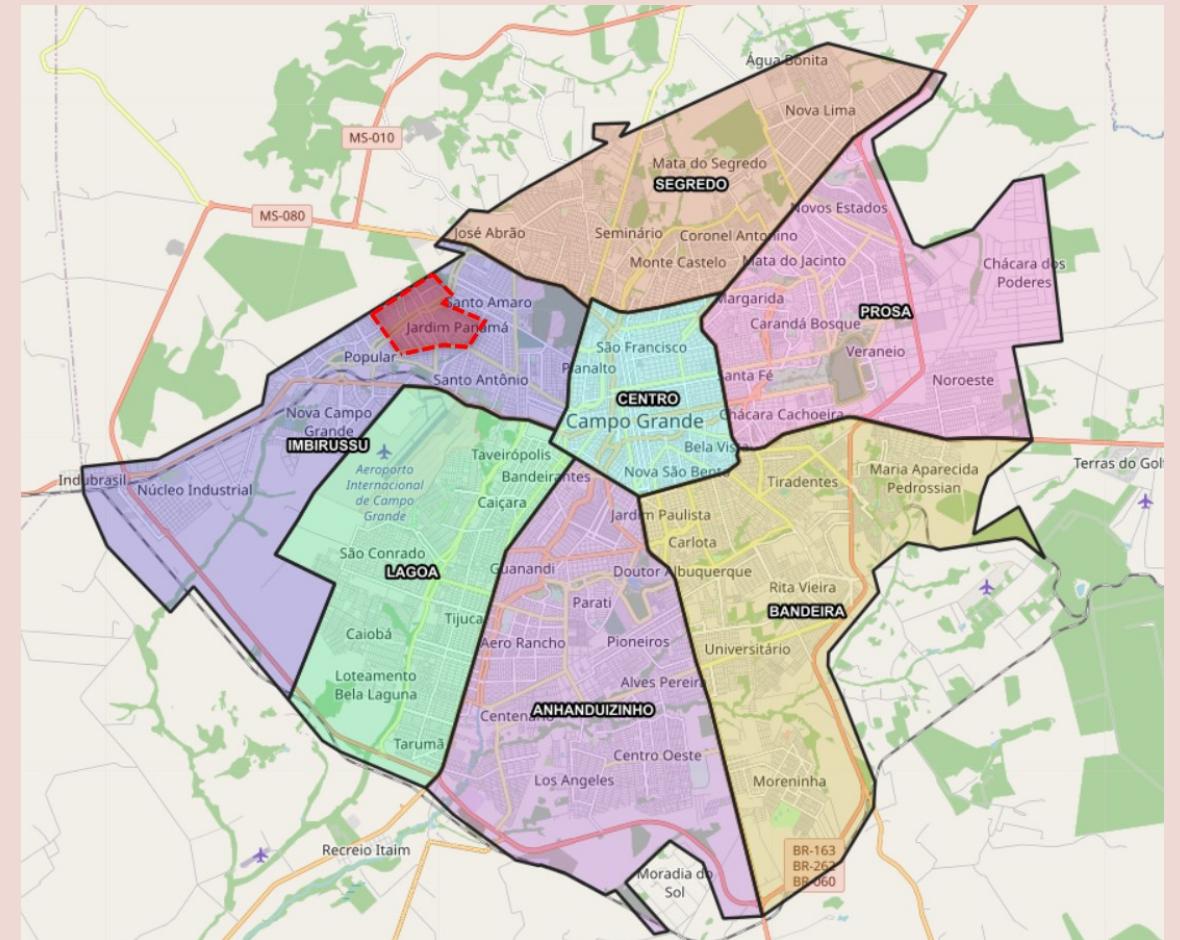
3.3.2 UAICA II

A edificação da UAICA II é residencial, direcionada para crianças entre 4 e 12 anos de idade. Percepção de um padrão de construção de casas com fachada de casa antiga, com poucas alterações estruturais.

Verifica-se uma notável disparidade na distribuição etária entre a UAICA II em comparação às UAICA III e IV. A UAICA II é designada para o acolhimento de crianças cujas idades variam entre 4 e 12 anos. Uma medida proposta para mitigar essa discrepância seria a criação de uma nova Unidade de Acolhimento Institucional destinada especificamente a adolescentes com idades entre 8 e 12 anos. Esta sugestão é respaldada pela observação direta, que destacou a demanda superior da UAICA II em acolher crianças e adolescentes. Adicionalmente, foi constatado que o gênero predominante entre os acolhidos é o feminino.

A unidade é localizada no bairro Jardim Panamá, na Região do Imbirussu, em destaque no mapa, seu endereço exato é mantido em sigilo.

Figura 7 - Mapa da Região do Imbirussu com destaque o Bairro Jardim Panamá - Campo Grande - MS.



Fonte: SISGRAN, 2023. Elaboração autoral.

O padrão do telhado de quatro águas, isto é, possui a forma de um retângulo, sendo composto de dois planos de forma trapezoidal, as águas mestras, e dois planos triangulares, as tacaniças.

Um projeto, com telhado de beirais generosos coberto de telhas cerâmicas, sem pinturas, reforça a tipologia tradicional da edificação. Sendo assim, a fachada contrasta com a parte interna, com necessidade de manutenção, sobretudo, por problemas de infiltração e da rede elétrica.

Figura 8 - Sala Pedagógica - UAICA II.



Fonte: Elaboração autoral, 2022.

Figura 9 – Dormitórios - UAICA II.



Fonte: Elaboração autoral, 2022.

Observou-se, uso no ambiente externo da lajota cerâmica quadrada, na cor vermelha, bem comum nas décadas de 1940 e 1950.

Figura 10 - Área externa, foto 01 - UAICA II.



Fonte: Elaboração autoral, 2022.

Figura 11 - Área externa, foto 02 - UAICA II.



Fonte: Elaboração autoral, 2022.

O que mais chamou a atenção foi a variedade de ambientes mal adaptados. Além disso, a cozinha da residência era excessivamente estreita, contribuindo para dificuldades no manuseio de panelas e na movimentação das cozinheiras. A UAICA também enfrentava superlotação, o que complicava ainda mais a situação. Um aspecto adicional a ser considerado é a falta de espaço para estender todas as roupas das crianças abrigadas.

3.3.3 UAICA III

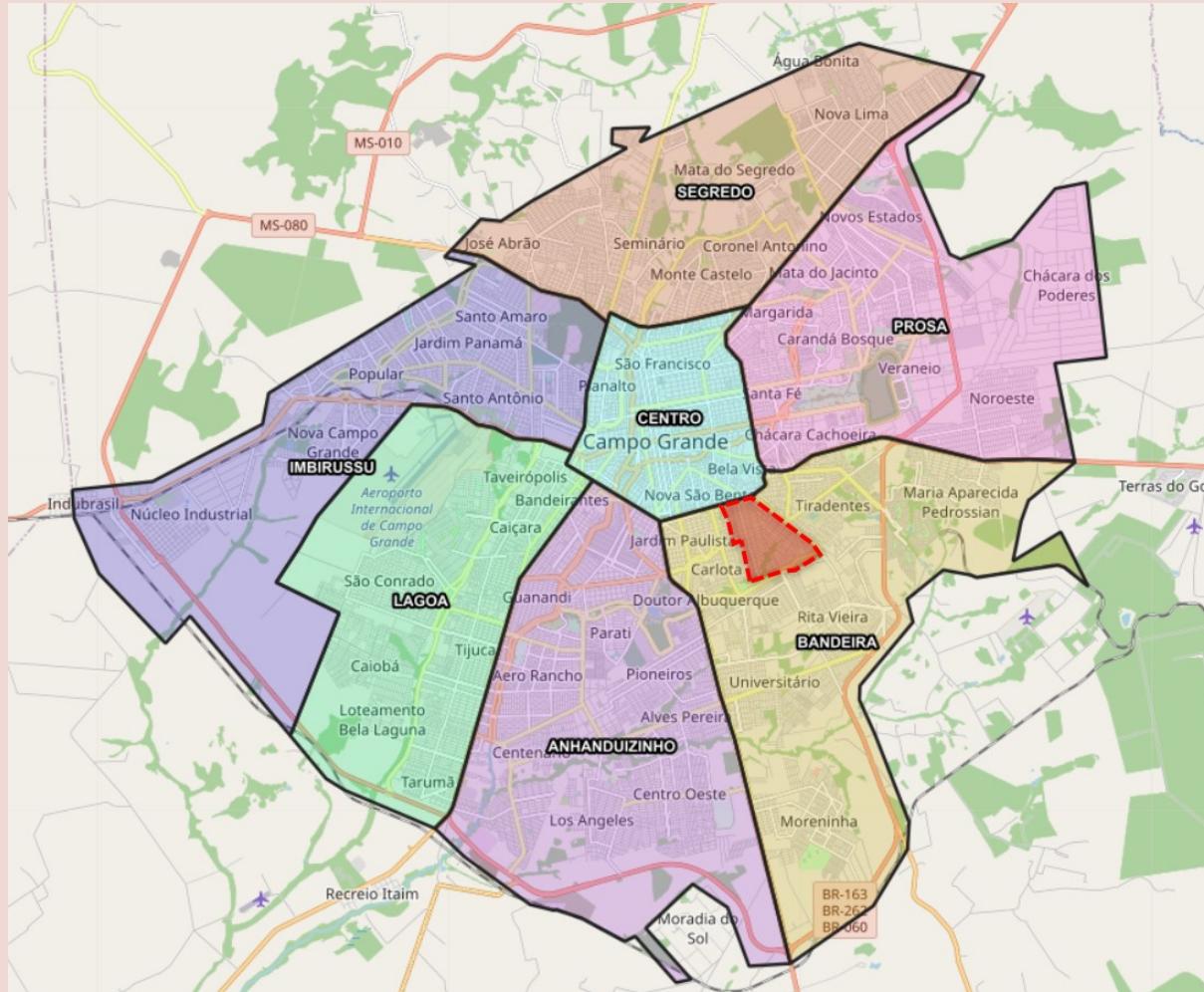
Esta Unidade de Acolhimento Institucional/SAS é para Adolescentes e acolhe apenas o público do gênero feminino entre 13 e 18 nos. Também acolhe meninas grávidas, com seus filhos.

Edificação residencial, com escolhas arquitetônicas e de paisagismo para promover conforto, segurança e bem-estar, em uma região privilegiada por imóveis com padrão de moradia muito satisfatório.

No entanto, é perceptível que existem questões de conservação generalizada na edificação devido ao desgaste pelo uso, incluindo mobiliário que requer substituição ou reforma. A sala das profissionais não apresenta separação da sala de estar das meninas acolhidas, e, adicionalmente, o volume elevado da televisão parece contribuir para o desgaste na jornada de trabalho das profissionais que necessitam realizar relatórios diários.

A unidade é localizada no bairro Vilas Boas, na Região Bandeira, em destaque no mapa, seu endereço exato é mantido em sigilo.

Figura 12 - Mapa da Região do Bandeira com destaque o Bairro Vilas Boas - Campo Grande - MS.



Fonte: SISGRAN, 2023. Elaboração autoral.

Figura 13 - Área Externa - UAICA III.



Fonte: Elaboração autoral, 2022.

Figura 14 - Sala de estar - UAICA III.



Fonte: Elaboração autoral, 2022.

Figura 15 - Dormitório, foto 02 - UAICA III.



Fonte: Elaboração autoral, 2022.

Figura 16 - Dormitório, foto 01 - UAICA III.



Fonte: Elaboração autoral, 2022.

Figura 17 - Sanitário dos dormitórios - UAICA III.



Fonte: Elaboração autoral, 2022.

A edificação da UAICA III, como dito anteriormente, é do tipo residencial em que se percebe um padrão de construção de casa mais antiga, com alterações estruturais.

Percebe-se uso de materiais como o taco nos dormitórios, mas também o uso do gesso revestindo o forro, remete-nos ao estilo coluna da ordem dórica(século VII a.C.), um estilo sem base, mais lisa, caneladas, simples e poucas ornamentações.

Revelam escolhas de estilos e materiais de certo requinte. E mesmo requinte no sanitário do dormitório, com revestimentos de qualidade e buscando detalhes de formas e contrastes, além do box de blindex.

Nos dormitórios há de fato um registro das vivências das adolescentes, são ilustrações que expressam nas paredes a necessidade de pertencimento. O contraste da falta de manutenção, sobretudo, por instalações elétricas expostas, iluminação inadequada, entre outros, além de mobiliários sucateados e com muitas marcas de uso.

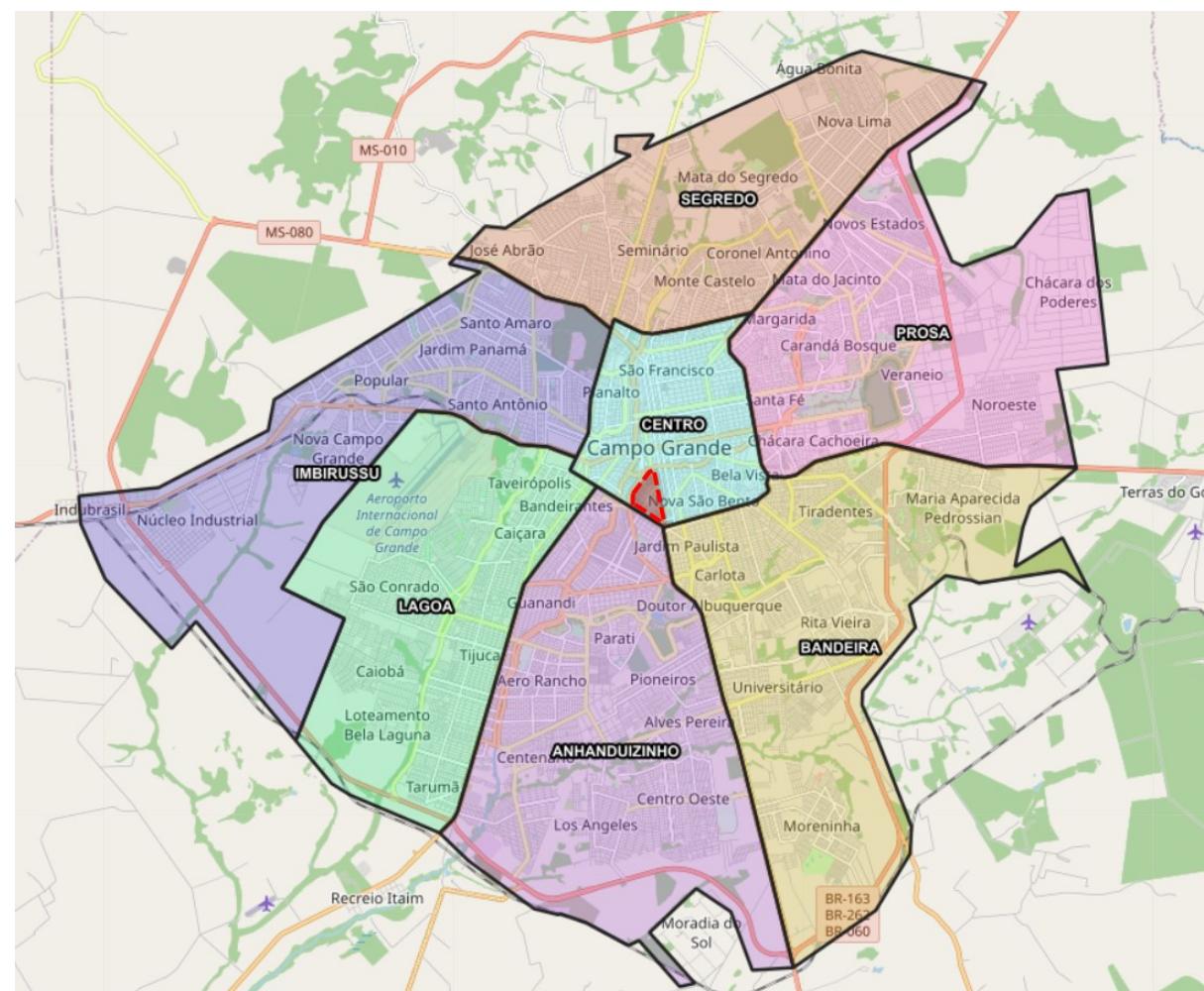
Atende ao objetivo de acolhimento com perspectiva de moradia, mas há necessidade de ajustes estruturais para de fato promover de modo geral segurança e conforto. A edificação pode ser classificada por um razoável padrão social, percebe-se pelo conjunto de fatores anteriormente mencionados, além de considerar os aspectos regionais do próprio bairro, levou a chegar a esta conclusão.

3.3.4 UAICA IV

Esta Unidade de Acolhimento Institucional para Adolescentes /SAS acolhe apenas o público do gênero masculino entre 13 a 18 anos.

A unidade é localizada no bairro Vila Carvalho, na Região Central, em destaque no mapa, seu endereço exato é mantido em sigilo.

Figura 18 - Mapa da Região Centro com destaque o Bairro Vila Carvalho - Campo Grande - MS.



Fonte: SISGRAN, 2023. Elaboração autoral.

Figura 19 - Sala administrativa - UAICA IV.



Fonte: Elaboração autoral, 2022.

Observou-se que na UAICA IV há uma quantidade insuficientes de repartições, que dificultam acomodar melhor a equipe técnica e as diferentes funções e setores de trabalho que atuam na instituição. A Sala da Coordenação é compartilhada com o administrativo e a psicóloga. A edificação evidencia por espaços compartilhados entre os 20 acolhidos e colaboradores, tais como psicólogo, assistente social, funcionários administrativo e aqueles responsáveis pela higienização e cuidados com os acolhidos.

Figura 20 - Sala de estar, foto 01 - UAICA IV.



Fonte: Elaboração autoral, 2022.

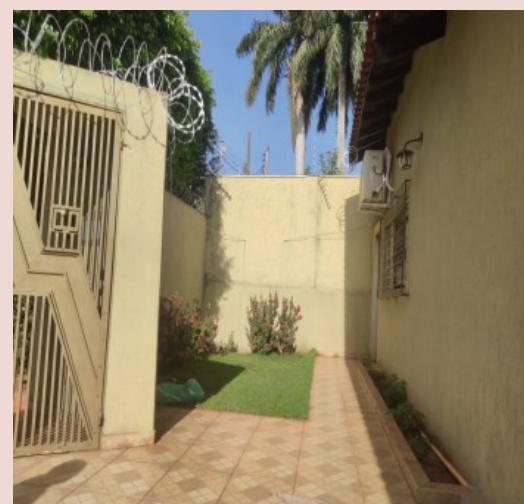
Figura 21 - Sala de estar, foto 02 - UAICA IV.



Fonte: Elaboração autoral, 2022.

Percebe-se que a sala de estar, espaço em que os acolhidos ficam maior parte do tempo, descansando ou sobre os sofás ou no chão, o ambiente de modo geral é aconchegante, mas pode ser melhor adaptado para promover qualidade de acomodação, considerando, sobretudo, o tempo de permanência, pois a terapia medicamentosa deixa os acolhidos sonolentos por longo período.

Figura 22 - Dispositivos de segurança - UAICA IV.



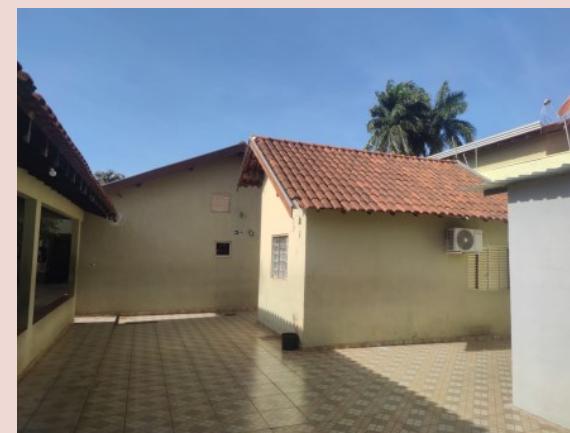
Fonte: Elaboração autoral, 2022.

Figura 23 - Muros altos - UAICA IV.



Fonte: Elaboração autoral, 2022.

Figura 24 - Área externa - UAICA IV.



Fonte: Elaboração autoral, 2022.

O espaço externo da casa é uniresidencial, usado para integração e lazer dos acolhidos com idades entre 13 a 18 anos, que o utilizam durante o dia, quando não estão na salas. Observou-se que os portões são trancados e a edificação é toda cercada com muros altos e com instalação de cerca de segurança, que nos leva a acreditar na escolha pela segurança ou também para evitar tentativas evasão.

Figura 26 - Dormitório tipo suíte - UAICA IV.



Fonte: Elaboração autoral, 2022.

Nos dormitórios, do tipo suítes, que integram sanitários, o mobiliário escolhido é do tipo beliches. A opção por beliches, de forma reflexiva, sem verbalizar, houve a preocupação com a segurança durante o sono, visto a sonolência causada pelos medicamentos de uso contínuo.

Os dormitórios são usados apenas à noite, no horário previsto para dormir. Durante o dia os acolhidos não têm acesso aos quartos, como afirmam os cuidadores ser por questões de segurança na interrelação entre moradores.

Durante a visita algumas regras que foram mencionadas, referem-se ao uso de alguns espaços específicos, tais como o lavabo, que fica na sala de estar, que deve ser para uso durante o dia, já que os quartos ficam restrito ao acesso somente no período noturno. Observou-se que um cuidado maior com a sala de medicações, exames, mas de modo geral quase todos os ambientes são monitorados.

A cozinha é outro espaço de compartilhamento, pois todas as refeições são preparadas a todos que permanecem na instituição. A despensa fica longe da cozinha em um cômodo no quintal. Não facilitando o trabalho de cozinheiras e cuidadoras.

Como também, compartilham-se a sala da Coordenação, administrativo e assistente sociais, onde fazem relatórios. A sala de uso comum da equipe técnica e colaboradores administrativos possui sanitário, mas em situação inadequada, com necessidade de adequação e reforma.

Com a análise da edificação, observando aspectos gerais, torna-se possível identificar que a edificação possui um bom desempenho, mesmo onde em alguns espaços de compartilhamento e deterioração de uso o desempenho é insatisfatório. Deste modo, acredita-se que os pontos onde podem ser ajustados no sentido de promover um desempenho de maior bem-estar de todos que compartilham a edificação UAICA IV.

Figura 25 - Banheiro dos dormitórios - UAICA IV.



Fonte: Elaboração autoral, 2022.

4.I Referências Projetuais

4.I.I The Children's Home Of The Future

O escritório de arquitetura CEBRA, da Dinamarca, concluiu um projeto inovador para um centro de atenção 24 horas destinado a crianças e adolescentes em Kerteminde, Dinamarca. O edifício, com revestimento de azulejos e madeira, cria um ambiente acolhedor e moderno que atende às necessidades especiais dos residentes.

Figura 27 - Fachada da Casa de Acolhimento para menores – CEBRA.



Fonte: Mikkel Frost, 2014.

4 PROPOSTA DE UNIDADE DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM CAMPO GRANDE-MS PARA CRIANÇAS/ADOLESCENTES

Figura 28 – Sala com Janelas amplas - The Children's Home of The Future



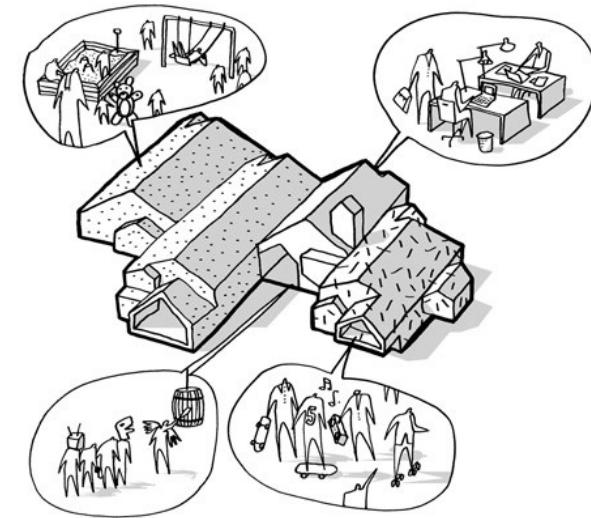
Fonte: Cebra Architecture, 2014.

Figura 29 – Iluminação natural - The Children's Home of The Future



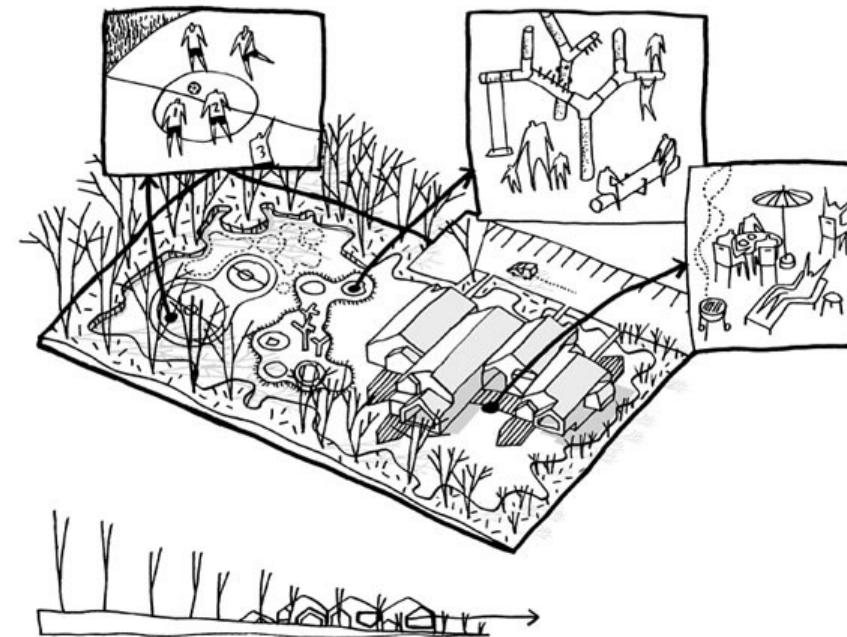
Fonte: Cebra Architecture, 2014.

Figura 30 - Setorização - The Children's Home of The Future



Fonte: Cebra Architecture, 2014.

Figura 31 – Área externa - The Children's Home of The Future



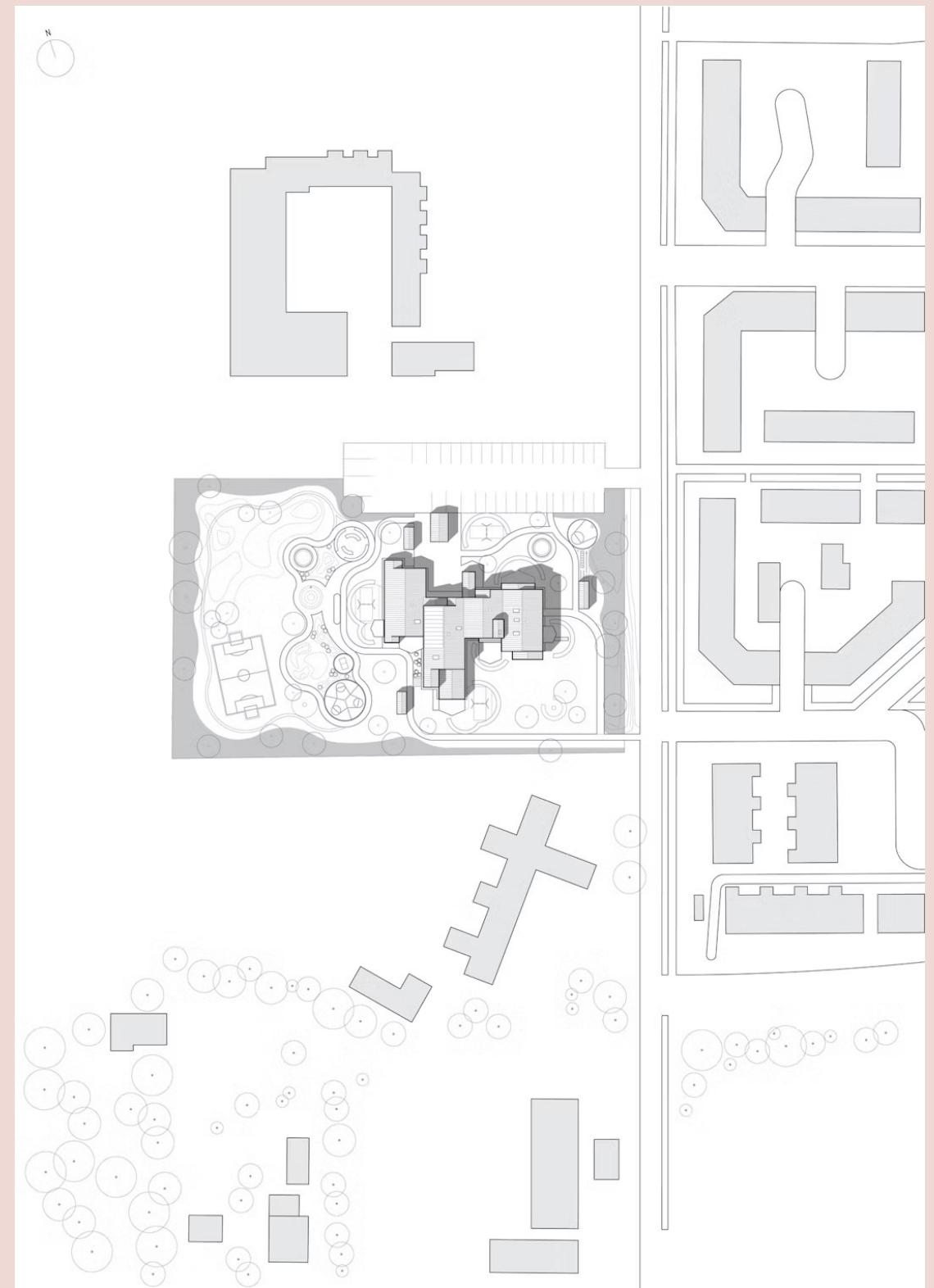
Fonte: Cebra Architecture, 2014.

Figura 32 – Localização aproximada- The Children's Home of The Future



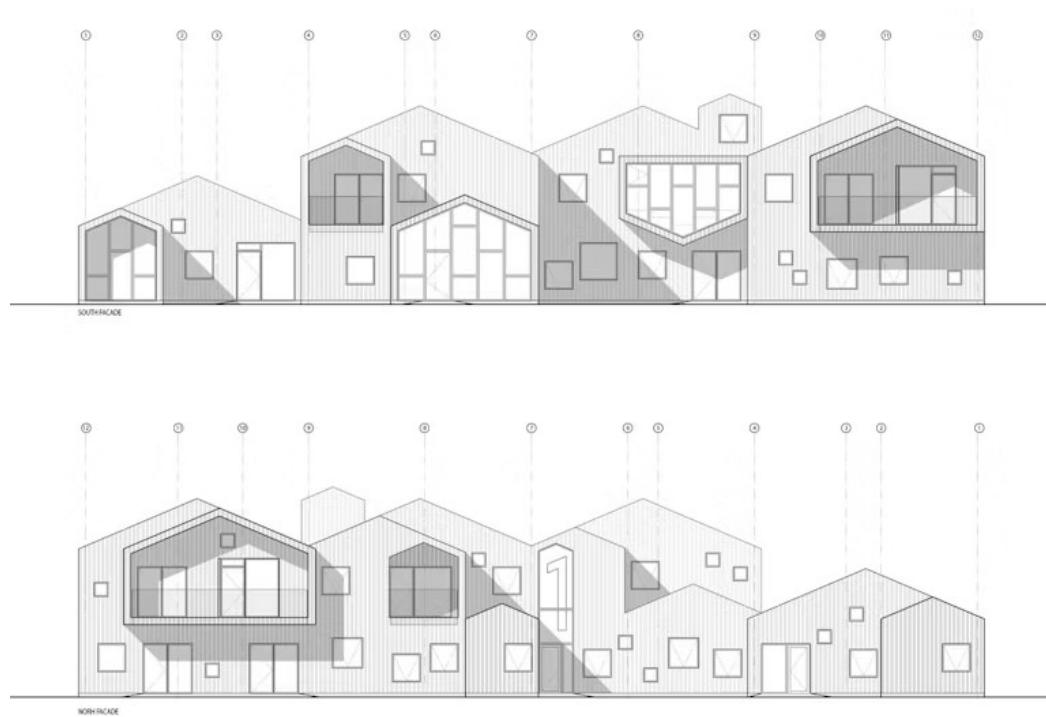
Fonte: Google earth, 2024.

Figura 33 – Implantação- The Children's Home of The Future



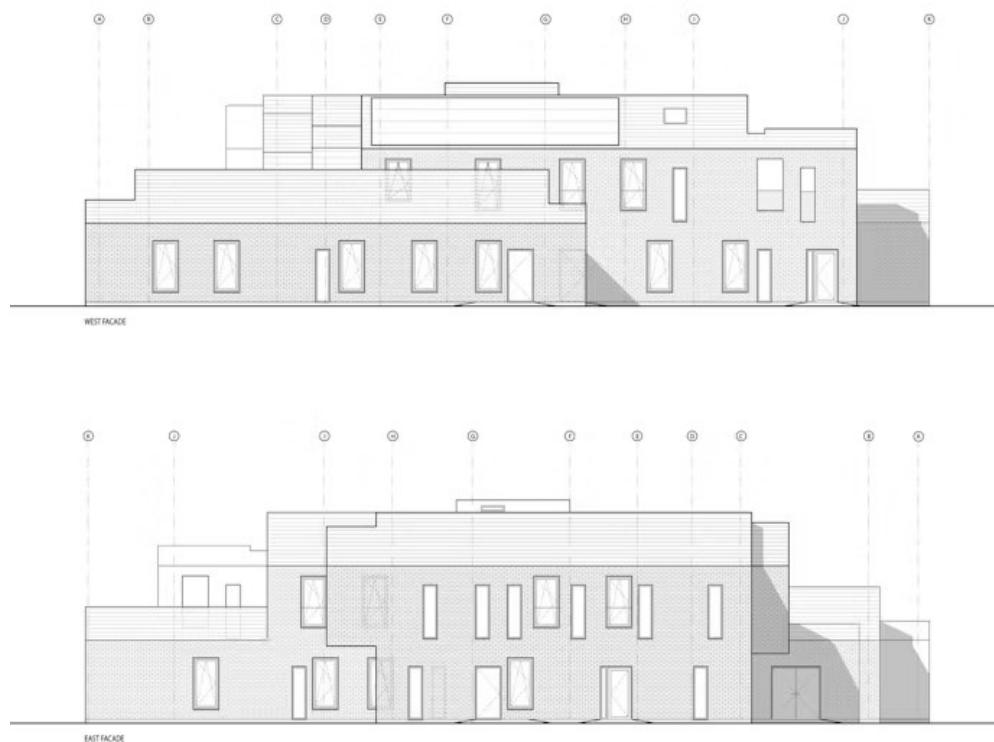
Fonte: Cebra Architecture, 2014.

Figura 34 – Elevações 01 - The Children's Home of The Future



Fonte: Cebra Architecture, 2014.

Figura 35 – Elevações 02 - The Children's Home of The Future



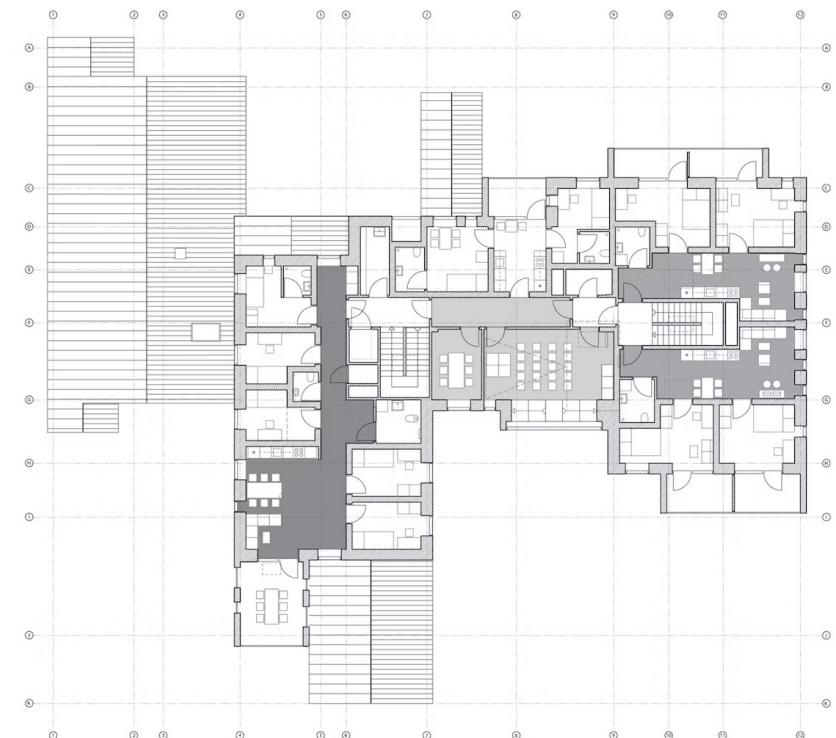
Fonte: Cebra Architecture, 2014.

Figura 36 – Planta Térreo - The Children's Home of The Future



Fonte: Cebra Architecture, 2014.

Figura 37 – Planta 1º piso - The Children's Home of The Future

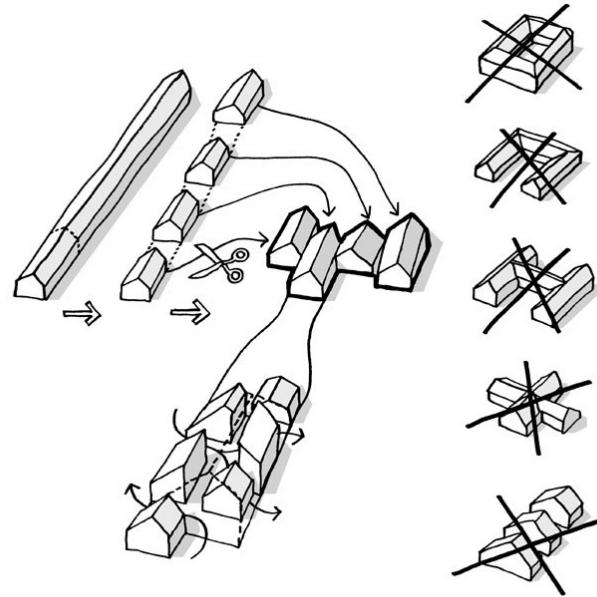


Fonte: Cebra Architecture, 2014.

4.1.2 Creche HN

Outro projeto utilizado como referência foi a Creche HN, esta creche com fachada simples, mas que surpreende, foi projetada para permitir que as crianças estejam em contato constante com a natureza, promovendo o desenvolvimento da sensibilidade e criatividade delas.

Figura 38 - Composição da Forma *The Children's Home of The Future*



Fonte: Cebra Architecture, 2014.

Chamada de "Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro", a instituição combina a segurança de uma casa tradicional com concepções pedagógicas inovadoras. O objetivo é promover relações sociais, senso de comunidade e atender às necessidades individuais das crianças, preparando-as para o futuro, especialmente aquelas com desafios de saúde mental e social.

Figura 39 - Fachada - Creche HN



Fonte: Toshinari Soga, 2017.

Ao invés de brinquedos convencionais, as crianças podem experimentar sensações como o sol, a terra, as flores e o céu. Há uma sala com uma árvore de “banyan” e uma cobertura de vidro que permite que as crianças sintam a luz do sol e observem as nuvens. O pátio de recreação possui uma grande colina de 5 metros de altura, onde as crianças podem se envolver em diversas atividades físicas. Essa abordagem proporciona às crianças inúmeras oportunidades para jogar e explorar de forma criativa em um ambiente natural.

Figura 40 - Pátio interno - Creche HN.



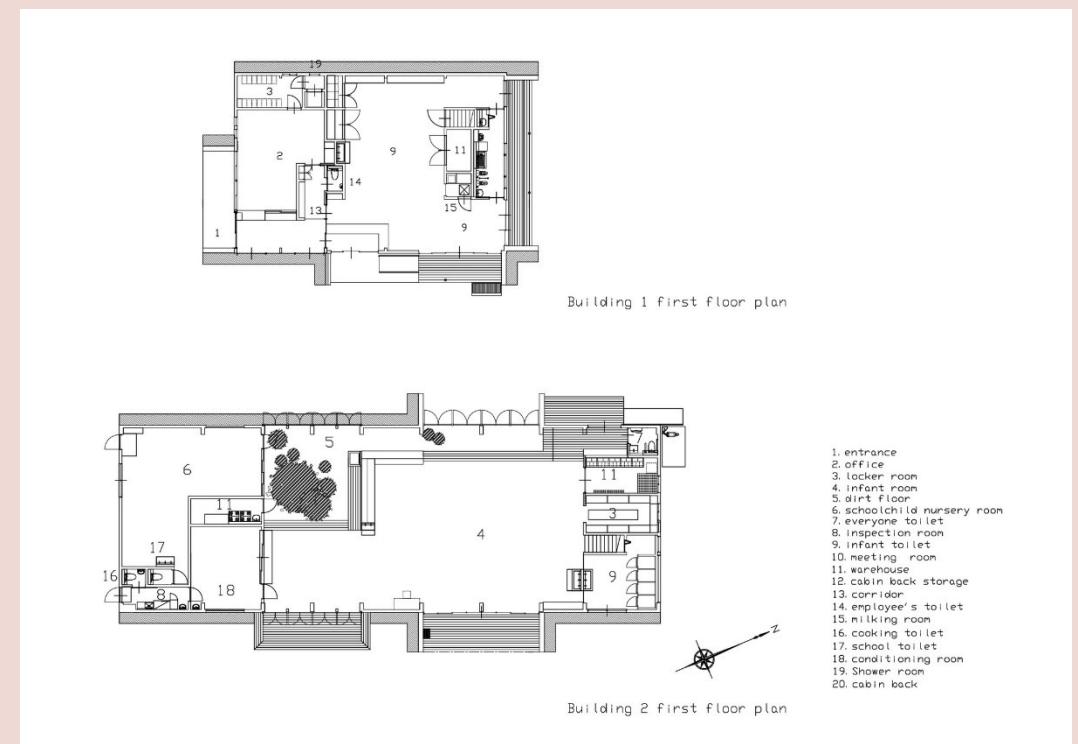
Fonte: Toshinari Soga, 2017.

Figura 41 - Pátio externo - Creche HN.



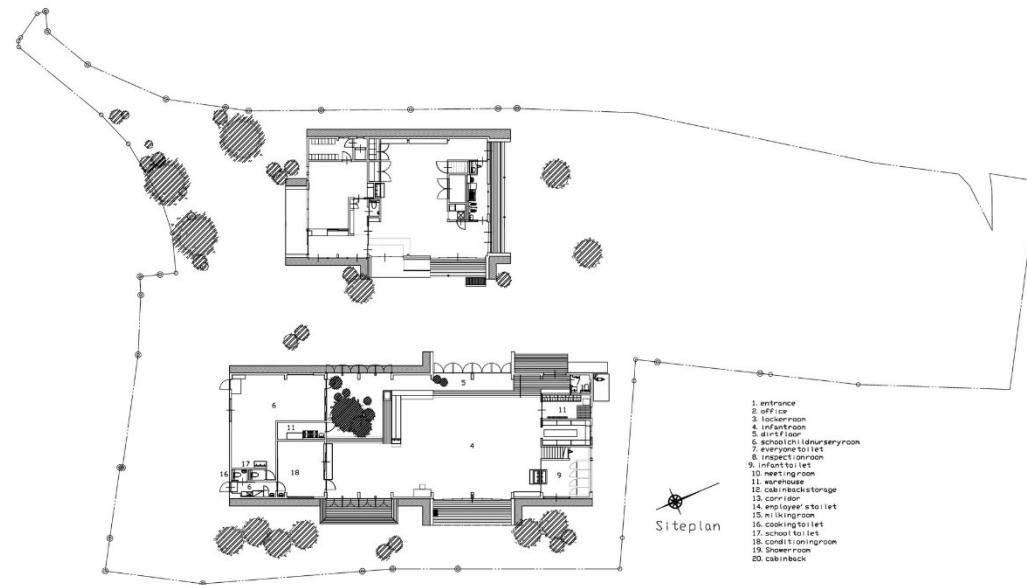
Fonte: Archdaily, 2017.

Figura 42 - Planta de piso - Creche HN.



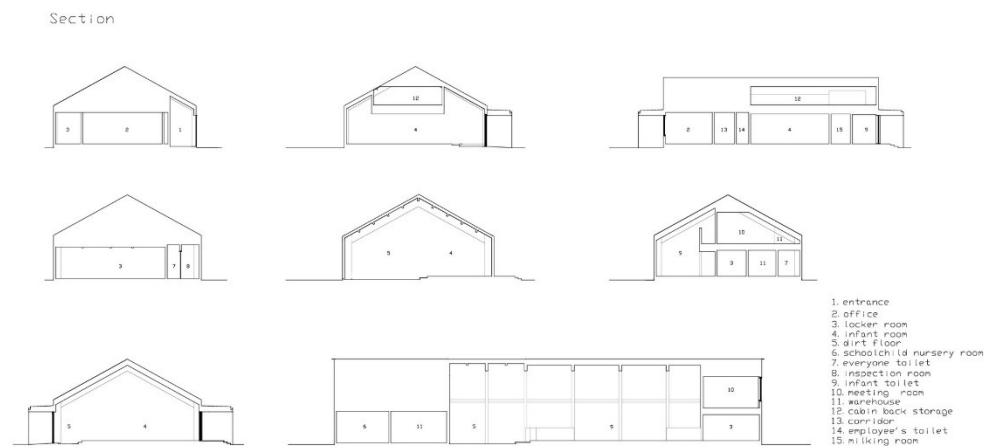
Fonte: Archdaily, 2017.

Figura 43 - Implantação - Creche HN.



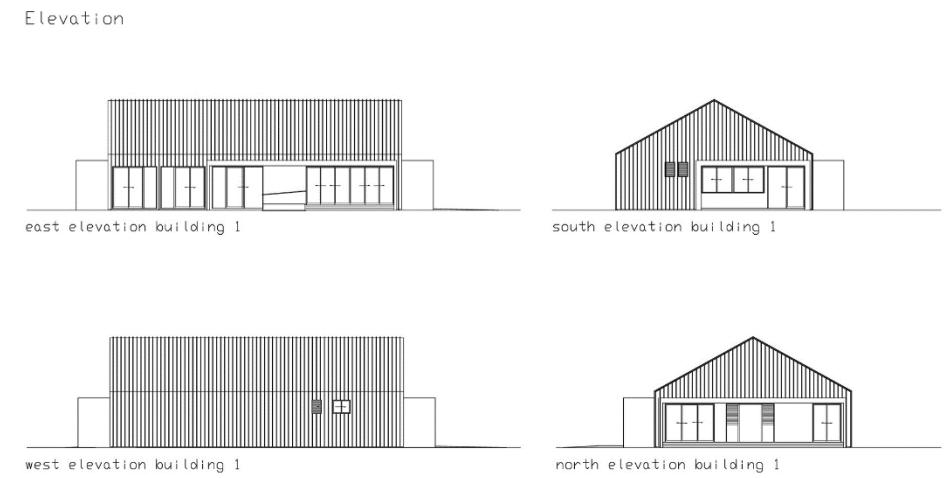
Fonte: Archdaily, 2017.

Figura 44 - Cortes - Creche HN.



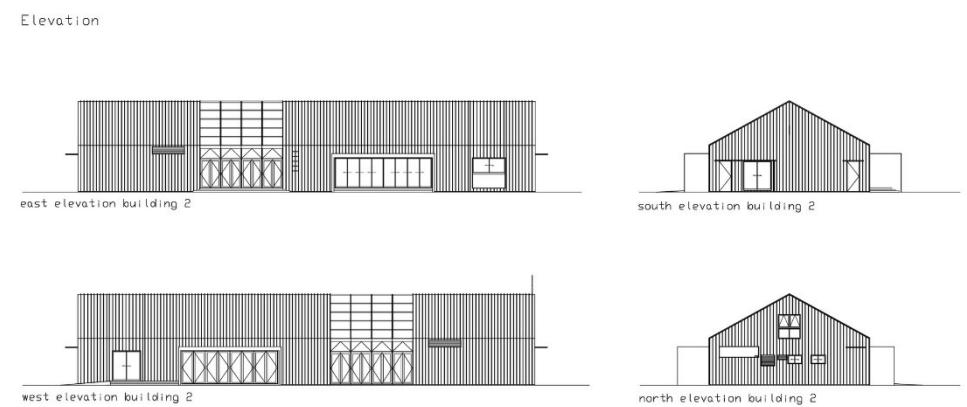
Fonte: Archdaily, 2017.

Figura 45 - Elevações edificação1 - Creche HN.



Fonte: Archdaily, 2017.

Figura 46 - Elevações edificação2 - Creche HN.



Fonte: Archdaily, 2017.

O pátio interno e externo, proporcionam contato com a natureza com ideal de liberdade.

4.2 Diretrizes e Parâmetros Projetuais

Para conceber a proposta arquitetônica de uma residência com atmosfera acolhedora, é essencial iniciar com a adesão às diretrizes delineadas no caderno de orientações, complementadas pelas diretrizes projetuais derivadas de uma pesquisa teórica abrangente, visitas às Unidades de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (UAICA) e estudos de referências projetuais.

A tabela a seguir apresenta as recomendações mínimas conforme estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento Social (2009, p.72), que constituem os critérios preliminares para a definição das diretrizes projetuais.

Considerando a alta demanda observada na UAICA II, propõe-se o desenvolvimento de um projeto para a criação de uma nova UAICA destinada ao acolhimento de crianças e adolescentes do sexo feminino, com idades entre 8 e 12 anos.

Tabela 1 - Infraestrutura sugerida pelo MDS (2009) (p.72).

CÔMODO	CARACTERÍSTICAS
Quartos	<p>Cada quarto deverá ter dimensão suficiente para acomodar as camas / berços / beliches dos usuários e para a guarda dos pertences pessoais de cada criança e adolescente de forma individualizada (armários, guarda-roupa etc.).</p> <p>Nº recomendado de crianças / adolescentes por quarto: até 4 por quarto, excepcionalmente, até 6 por quarto, quando esta for a única alternativa para manter o serviço em residência inserida na comunidade.</p> <p>Metragem sugerida: 2,25m² para cada ocupante. Caso o ambiente de estudo seja organizado no próprio quarto, a dimensão dos mesmos deverá ser aumentada para 3,25m² para cada ocupante.</p>
Sala de Estar ou similar	<p>Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores / educadores.</p> <p>Metragem sugerida 1,00m² para cada ocupante. Exemplo: Abrigo para 15 crianças / adolescentes e 2 cuidadores / educadores :17m². Abrigo para 20 crianças / adolescentes e 2 cuidadores / educadores :22m²</p>
Sala de Jantar / Copa	<p>Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores / educadores.</p> <p>Pode tratar-se de um cômodo independente, ou estar anexado a outro cômodo (p. ex. à sala de estar ou à cozinha)</p> <p>Metragem sugerida: 1,00m² para cada ocupante.</p>
Ambiente para Estudo	<p>Poderá haver espaço específico para esta finalidade ou, ainda, ser organizado em outros ambientes (quarto, copa) por meio de espaço suficiente e mobiliário adequado, quando o número de usuários não inviabilizar a realização de atividade de estudo / leitura.</p>
Banheiro	<p>Deve haver 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para até 6 (seis) crianças e adolescentes.</p> <p>1 lavatório, 1 vaso sanitário e um chuveiro para os funcionários.</p> <p>Pelo menos um dos banheiros deverá ser adaptado a pessoas com deficiência.</p>
Cozinha	<p>Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para preparar alimentos para o número de usuários atendidos pelo equipamento e os cuidadores / educadores.</p>

Fonte: MDS, 2009, adaptado pela autora.

Com objetivo de proporcionar a vivência de proteção, acolhimento, cuidado e reintegração, será acrescido aos critérios de projeto as seguintes recomendações.

Tabela 2 - Sugestões de diretrizes para o projeto.

VIVÊNCIA	RECOMENDAÇÕES
Proteção	A edificação com acesso de usuários atendidos, cuidadores / educadores, monitorado através uma única entrada.
	Locar áreas administrativas e técnicas, de modo que não interfira com as áreas de convivência dos usuários atendidos.
	Locar áreas de experiências de usuários (área de Lazer / área de convívio) de maneira que se sintam à vontade.
Acolhimento	Propor área direcionada para acompanhamento com psicólogo.
	Propor áreas para contato direto com a natureza, criando experiências terapêuticas (áreas de bosque / jardins / Hortas).
	Propor uso de materiais e acabamentos que proporcione o aconchego do lar.
Cuidado	Diminuir diferença de idade para que os usuários estejam na mesma etapa de desenvolvimento, para este projeto 8 a 12 anos.
	Propor área para enfermaria, que viabilize um atendimento rápido em caso de acidentes e emergências.
	Propor fachadas e formas para edificação, que não faça referência a uma UAICA.
Reintegração	Propor áreas que viabilize contato com futuro pais adotivos, quando aplicável.
	Propor áreas que os usuários atendidos possam realizar atividades em grupo.

Fonte: Elaboração autoral, 2023.

A proposta de projeto contemplará jardins e áreas com árvores, concebidos como espaços terapêuticos, pois desempenham um papel crucial no ambiente de acolhimento para crianças e adolescentes. Além de oferecer um contato direto com a natureza, esses ambientes contribuem para a redução do estresse e ansiedade, comprovadamente benéficos para o desenvolvimento psicológico e emocional das crianças acolhidas. Estudos indicam que a exposição à natureza promove a regulação emocional, melhorando a resiliência e proporcionando um ambiente propício para a superação de traumas.

Com o objetivo de estimular os sentidos das crianças, é proposto a integração de jardins sensoriais, que por sua vez, representa um avanço significativo na abordagem arquitetônica para instituições de acolhimento. Texturas diversas, aromas suaves e cores vibrantes presentes nesses espaços contribuem para o desenvolvimento cognitivo e sensorial, estimulando a curiosidade e a exploração.

Ao oferecer experiências multissensoriais, os jardins sensoriais se tornam uma ferramenta valiosa no suporte ao desenvolvimento integral, ajudando as crianças a construir conexões positivas com o ambiente ao seu redor e promovendo um senso de pertencimento e segurança.

A fachada e aspectos gerais da construção busca atender o aspecto semelhante ao de uma residência, seguindo o padrão arquitetônico das demais residências da comunidade na qual estiver inserida. Importante no projeto que não tenha placas indicativas da natureza institucional do equipamento, ou mesmo, evitar nomenclaturas que remetam a aspectos negativos, estigmatizando os acolhidos.

O terreno será localizado em uma zona predominantemente residencial, além de estar próximo a instituições de ensino, saúde e lazer, visando estimular a socialização dos menores.

O perfil dos usuários apresenta especificamente de crianças de 8 a 12 anos, que necessitam de espaço onde possam brincar e se desenvolver. O lugar deve oferecer segurança e a equipe de cuidados deve ter total visão de todas as atividades que estão sendo desenvolvidas.

Faz-se necessário um cuidado na proposta arquitetônica com os espaços de trabalho da equipe profissional, composta por profissionais de diferentes áreas, portanto, que requer espaços adequados para o desenvolvimento de suas respectivas atividades.

4.3 Programa de necessidades e Pré-Dimensionamento

O programa de necessidades foi proposto considerando as orientações do MDS (2009), referências projetuais, referência literária e sugestões colhidas após as visitas.

A edificação deve comportar 20 crianças atendidas com idades 8 e 12 anos, e o corpo técnico de 6 cuidadores / educadores, nosso parâmetro inicial para o programa de necessidades abaixo.

Tabela 3 - Programa de necessidades.

USO	ESPAÇO	DESCRIÇÃO
ÍNTIMO	Quartos Suítes	Dormitórios com dimensões para acomodar 4 crianças.
		Quantidade de quartos: 5.
		Prever closet.
COLETIVO	Recepção	Entrada principal da edificação.
	Banheiro PCD	Banheiro com adaptações.
	Guarda mochilas	Espaço para crianças depositarem seus materiais escolares.
	Laboratório de informática	Ambiente para uso de computadores.
	Sala de estudo	Ambiente para estudo e desenvolvimento de atividades escolares.
	Sala de Jantar	Ambiente para as refeições das crianças e cuidadores.
	Lavabo	Uso de crianças e cuidadores.
	Deck	Espaço aberto para uso do convívio.
TÉCNICO	Administração técnica	Ambiente para gerir os serviços de infraestrutura / técnicos.
	Administração	Ambiente para administração da unidade.
	Sala de reunião	Ambiente para reuniões dos cuidadores e educadores.
	Enfermaria	Ambiente de enfermaria para primeiros socorros e atividades relacionadas.
	Psicóloga	Ambiente de acompanhamento psicológico.
	Descanso	Dormitório para descanso dos cuidadores.
	Copa	Ambiente para funcionar como copa.
	Banheiro	Ambiente para banheiro dos cuidadores.
	Cozinha	Ambiente para preparo das refeições.
	Despensa	Ambiente para armazenagem dos alimentos.
LAZER	Lavanderia	Ambiente de serviço destinado a limpeza de roupas.
	Sala de estar	Ambiente para assistir televisão.
	Horta	Espaço destinado cultivo de hortaliças.
	Bosque / Jardim	Espaço destinado plantio de árvores ou cultivo de flores.
	Jardim sensorial	Espaço destinado para experiências sensoriais.
Playground	Espaço externo para brinquedos fixos.	

Fonte: Elaboração autoral, 2023.

O pré-dimensionamento das áreas, tem como objetivo direcionar a concepção inicial do projeto ao prever as dimensões necessárias para o estudo preliminar.

Obteve-se a tabela com base nas legislações vigentes, somadas as sugestões colidas em campo e através das pesquisas.

Tabela 4 - Pré-dimensionamento de ambientes.

USO	ESPAÇO	DIMENSÃO
ÍNTIMO	Quartos Suítes	Dormitórios: 44m ²
		Banheiro: 6m ² .
		Closet: 6m ²
COLETIVO	Recepção	26m ²
	Banheiro PCD	3,5m ²
	Guarda mochilas	11m ²
	Laboratório de informática	18m ²
	Sala de estudo	19m ²
	Sala de Jantar	103m ²
	Lavabo	2m ²
	Deck	28m ²
	Administração técnica	22m ²
	Administração	11m ²
TÉCNICO	Sala de reunião	17m ²
	Enfermaria	11m ²
	Psicóloga	10m ²
	Descanso	13m ²
	Copa	8m ²
	Banheiro	2m ²
	Cozinha	14m ²
	Despensa	6m ²
	Lavanderia	6m ²
	Sala de estar	21m ²
LAZER	Horta	100m ²
	Bosque / Jardim	300m ²
	Jardim sensorial	44m ²
	Playground	50m ²

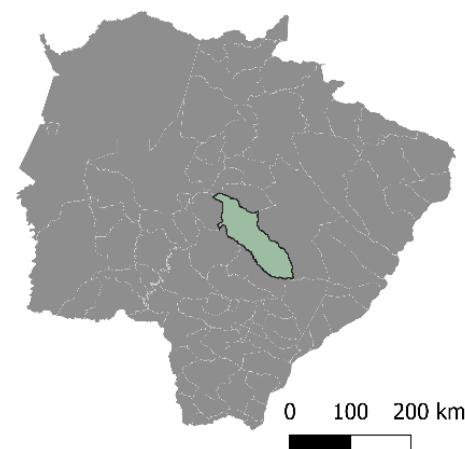
Fonte: Elaboração autoral, 2023.

4.4 Escolha da área de implantação da UAICA

A área de Implantação do Abrigo foi pensada seguindo orientações técnicas do serviço de acolhimento para crianças e adolescentes. O Caderno de Orientações do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS,2009), recomenda que esteja inserido em áreas com centralidade, em uma região geográfica predominantemente residencial. Entendendo que os acessos urbanos a todos que usufruem da estrutura física da instituição são importantes na promoção na qualidade de permanência e satisfação plena.

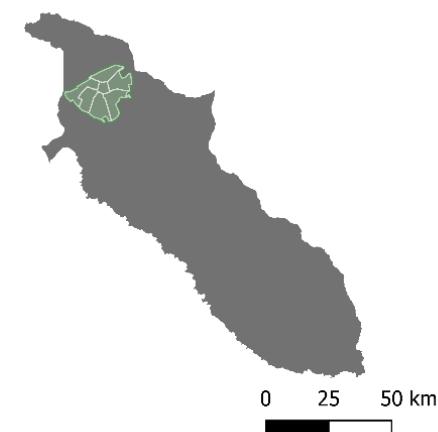
A proposta arquitetônica para uma instituição de acolhimento institucional na modalidade abrigo voltada para crianças entre 8 e 12 anos de idade reconhece a importância da localização, sendo assim a área escolhida dá ênfase em critérios, tais como: estar localizado em áreas residenciais para que haja participação da comunidade no dia a dia da instituição; estar próximo a escolas e hospitais e, ainda, apresentar em seu torno equipamentos de lazer.

Figura 47 - Mapa do estado de Mato Grosso do Sul.



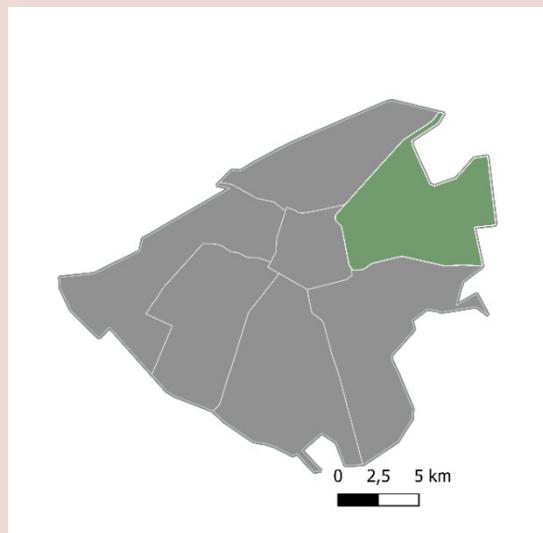
Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Figura 48 - Mapa do município de Campo Grande.



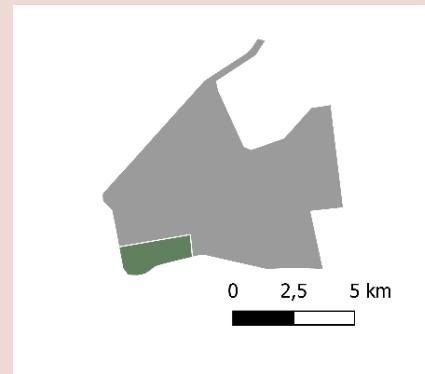
Fonte: Elaboração autoral, 2022.

Figura 49 - Mapa região urbana, destaque Região Prosa.



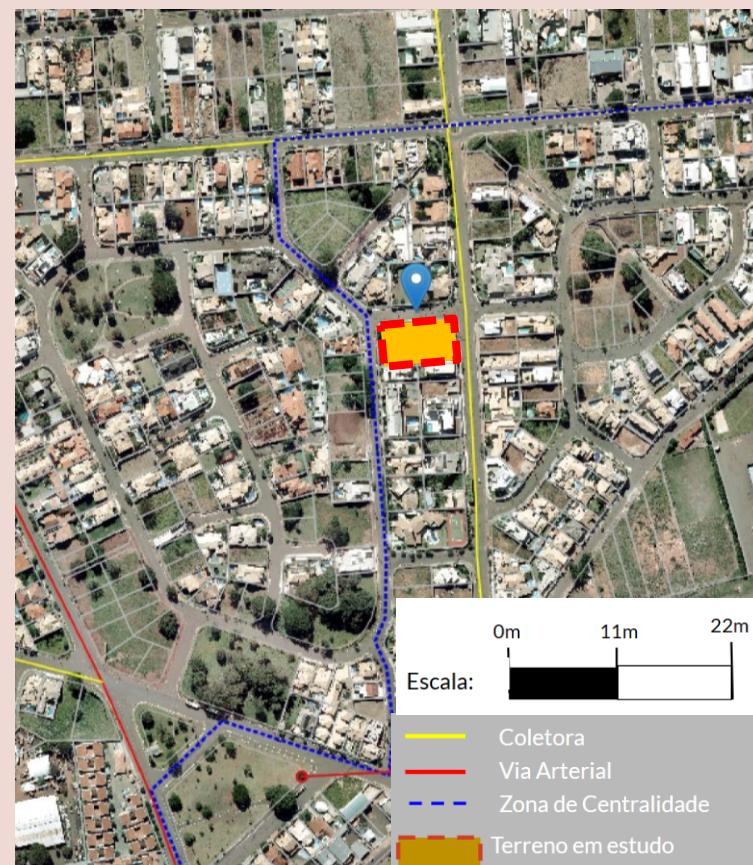
Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Figura 50 - Região do Prosa, destaque bairro Chácara Cachoeira.



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Figura 51 - Área do Terreno, tipo de vias.



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

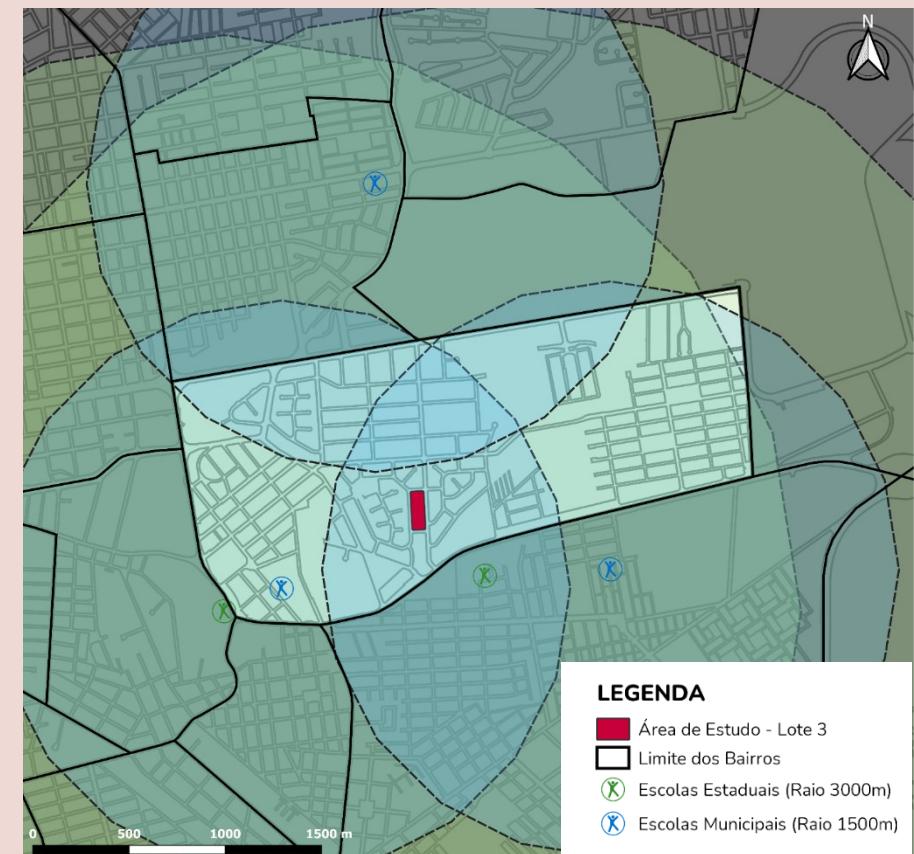
As imagens apresentam a localização do terreno escolhido para a elaboração da proposta projeto, assim faz necessário verificar os dispositivos urbanísticos que virá atender a UAICA.

Com relação o raio de equipamentos comunitários, adotou-se como referência, o Plano Diretor de Goiânia – GO

4.4.I Educação

A validação do atendimento no raio de abrangência para escolas seguiu conforme apresentado na imagem abaixo:

Figura 52 - Equipamentos urbanísticos, raio de abrangência para escolas.



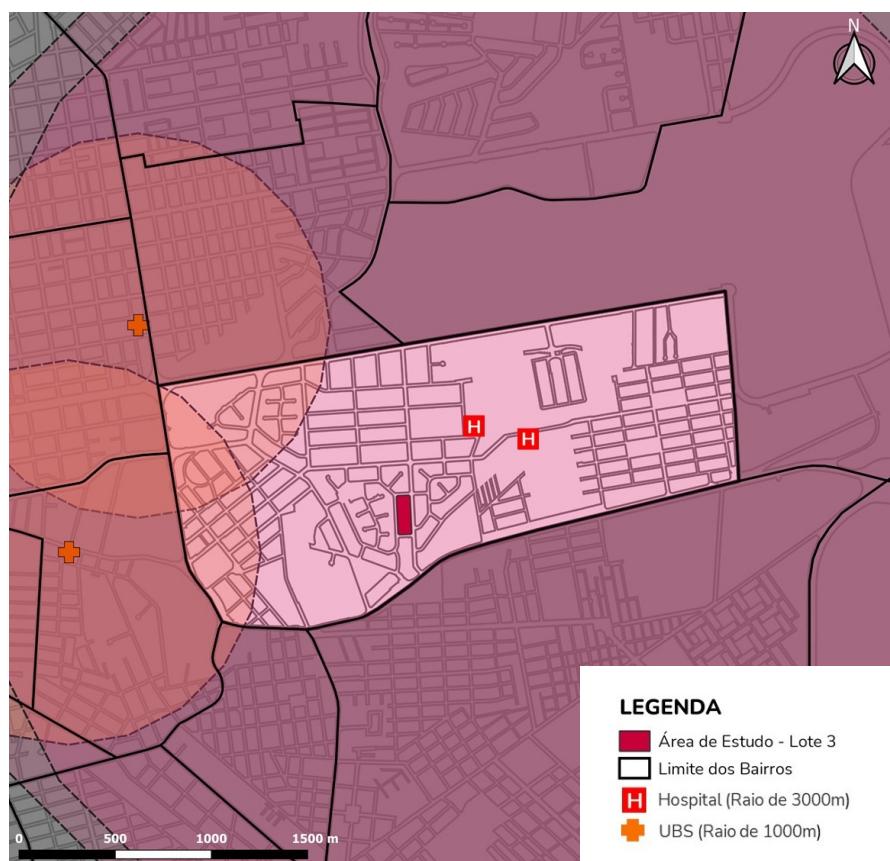
Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Verificou-se que o terreno proposto, estará dentro do raio de abrangência para escolas estaduais e municipais.

4.4.2 Saúde

A validação do atendimento no raio de abrangência para Unidade Básica de Saúde e Hospital, seguiu conforme apresentado na imagem abaixo

Figura 53 - Equipamentos urbanísticos, raio de abrangência para UBS e Hospitais.

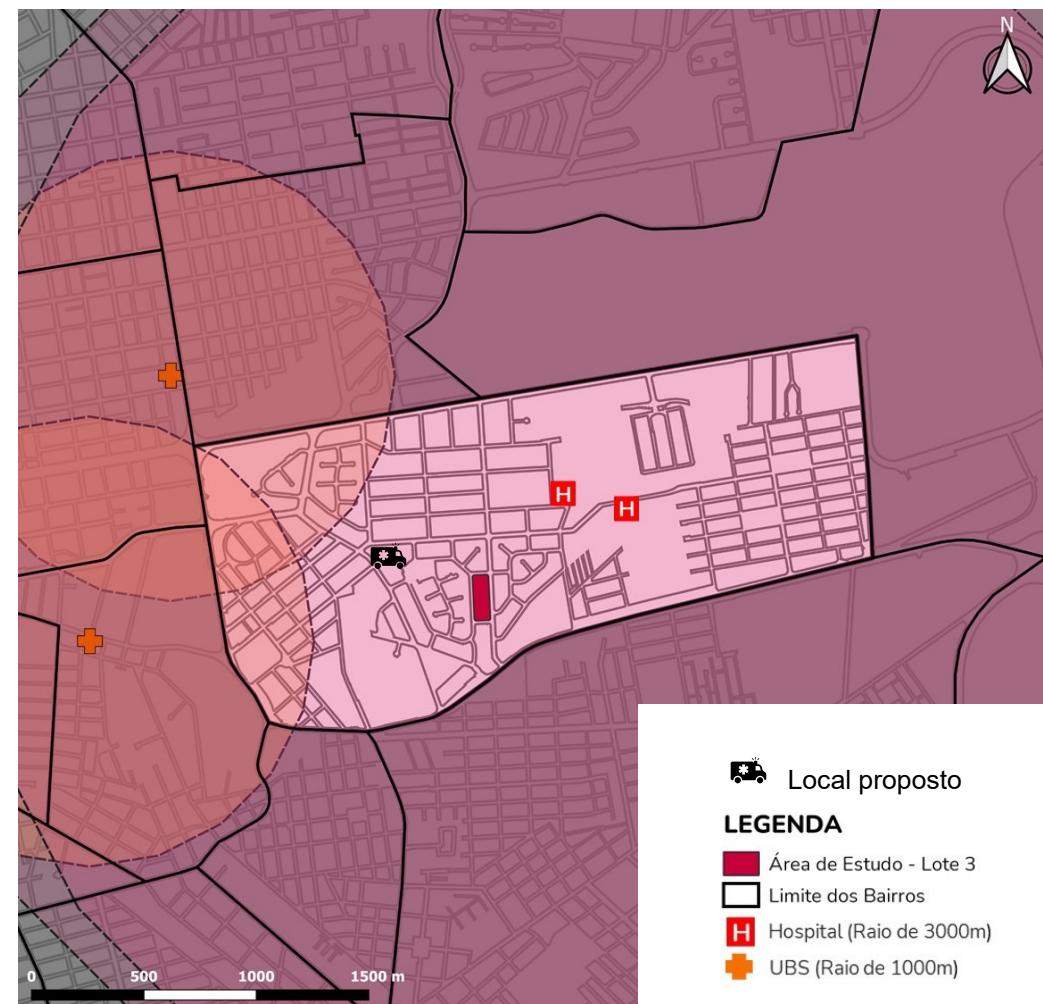


Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Verificou-se que o terreno proposto, não estará dentro do raio de abrangência para UBS, deste modo, faz necessário criar uma diretriz para sugerir o local de implantação de uma nova UBS que atenda as necessidades da comunidade e ao planejamento urbano do bairro Chácara Cachoeira.

A imagem abaixo, ilustra a proposta de local para edificação de uma nova UBS.

Figura 54 - Proposta de local para instalação de uma UBS.



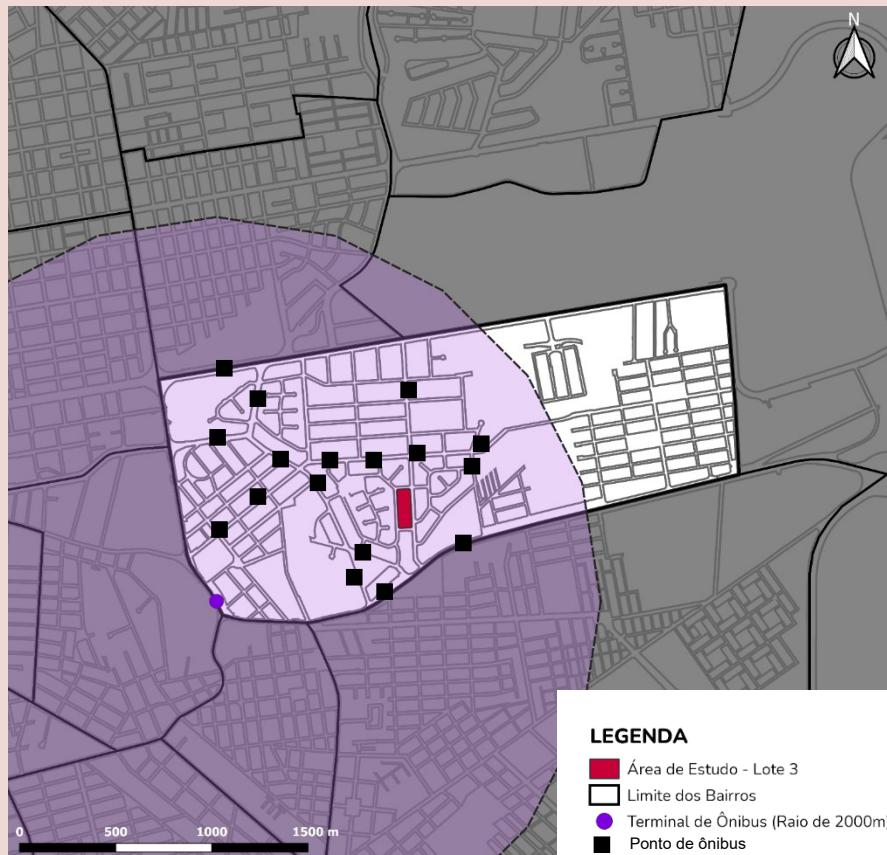
Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Com o local proposto para a edificação de uma UBS, o terreno e o bairro serão beneficiados com uma UBS mais próxima.

4.4.3 Transporte Público

Visto que haverá cuidadores / educadores trabalhando na UAICA, verificou-se o funcionamento de transporte público próximo ao terreno

Figura 55 - Equipamentos urbanísticos, raio de abrangência para transporte público.



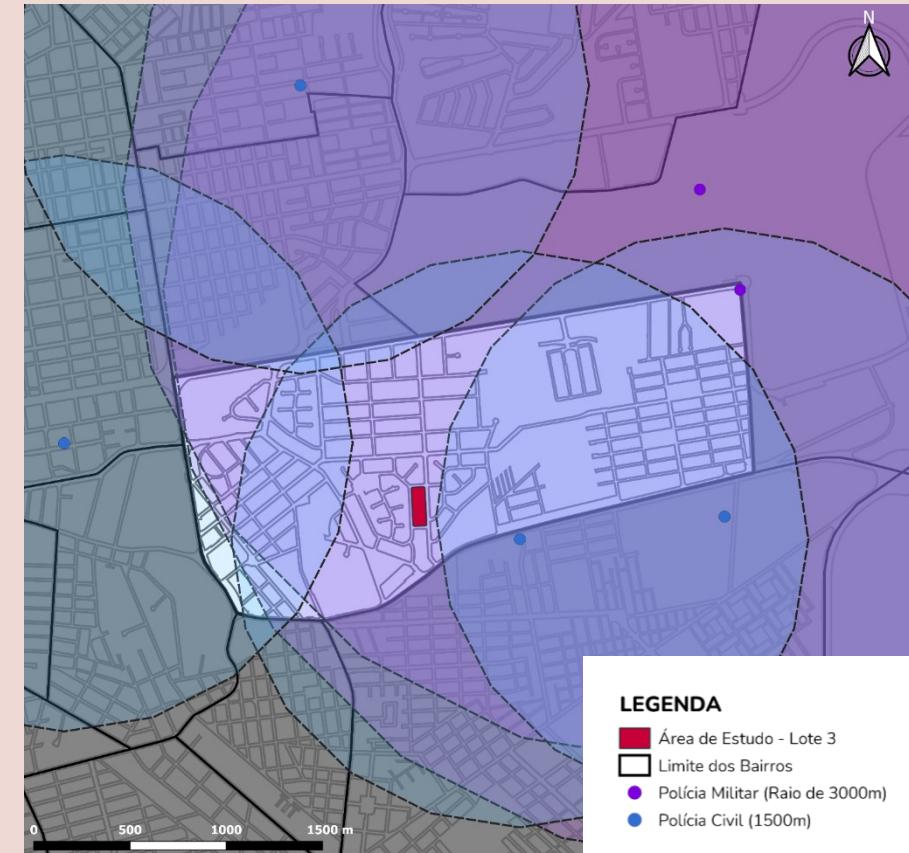
Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Nas ruas que seguem limítrofe ao terreno, não há linhas de ônibus operando, contudo, verificou-se que na Rua Raul Pires Barbosa, aproximadamente 175m de distância do local de estudo, opera as linhas 050, 051, 054, 518, 523, e, que há terminal de ônibus atendendo o raio de abrangência

4.4.4 Segurança

No quesito segurança foi verificado o raio de abrangência das unidades de atendimento da Polícia Civil e Polícia Militar, conforme imagem abaixo.

Figura 56 - Equipamentos urbanísticos, raio de abrangência para Segurança.



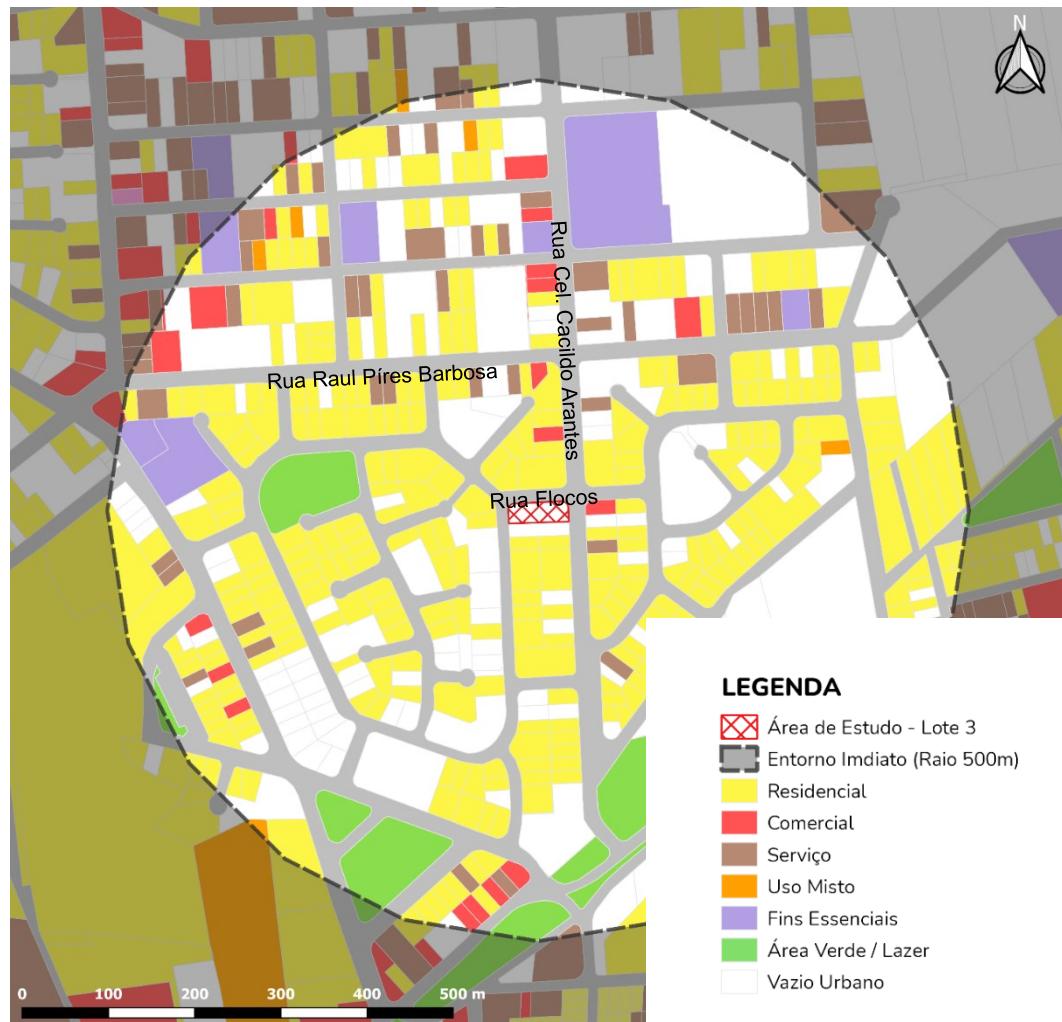
Fonte: Elaboração autoral, 2023.

É possível verificar que o bairro é amplamente atendido no quesito de segurança.

4.4.5 Uso e ocupação do solo

Visto que o terreno escolhido deve ter vizinhança predominantemente residencial, verificou-se o entorno através do Uso e Ocupação do Solo conforme apresentado abaixo:

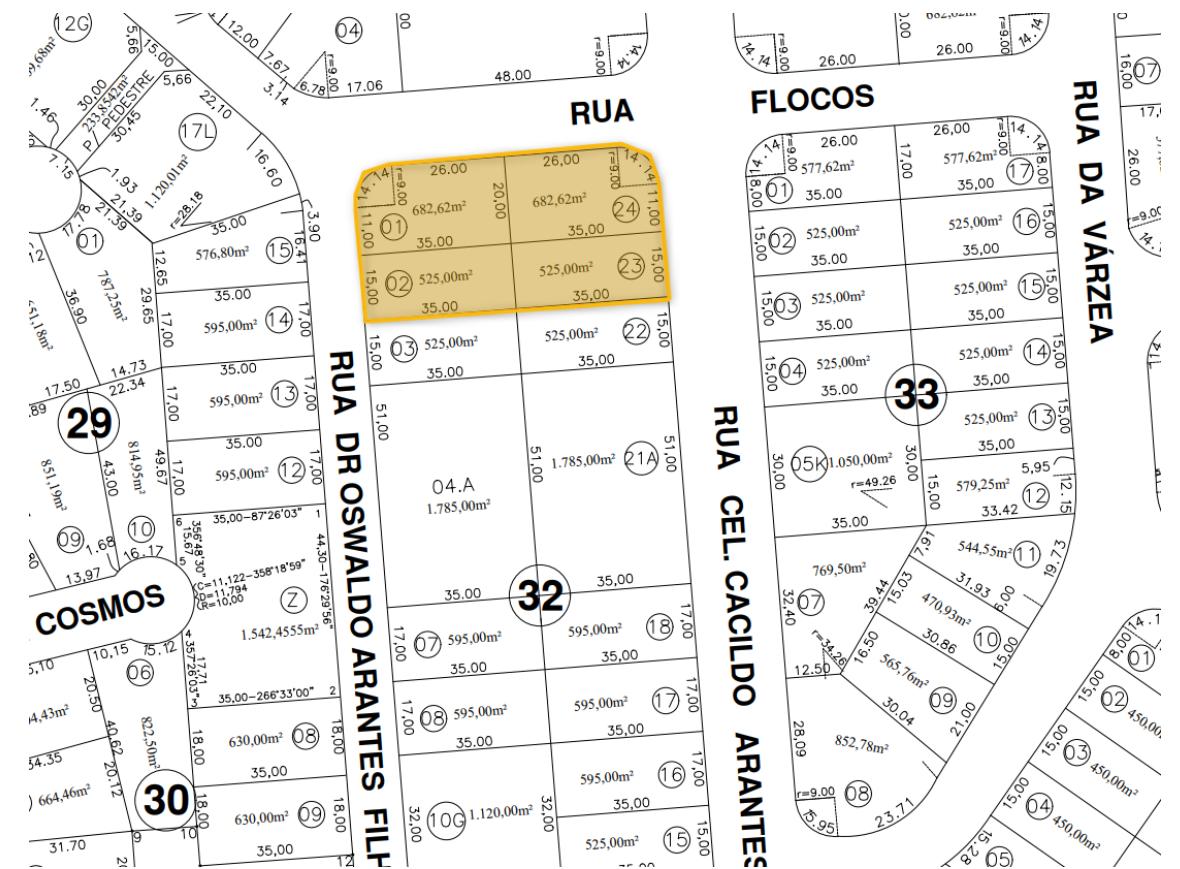
Figura 57 - Uso e ocupação do Solo, Bairro Chácara Cachoeira.



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Assim validou-se o entorno do terreno, sendo a vizinhança em sua maioria residências

Figura 58 - Terreno escolhido.



Fonte: SEMADUR, 2023, adaptado pela autora.

O terreno escolhido, é composto por quatro lotes (01,02,23 e 24), somado suas áreas temos um total 2.415,24 m².

A respeito dos índices urbanísticos para o terreno escolhido, analisou-se as diretrizes conforme o Plano Diretor do Município de Campo Grande - MS, juntamente com a Lei Complementar 74/2005 e alterações 2012, expresso os resultados abaixo.

4.5 Partido Arquitetônico

Tabela 5 - Enquadramento dos índices para o terreno.

ÍNDICES TERRENO	ENQUADRAMENTO
Zona	Z3
Categoria De Uso	S13
Taxa de Ocupação (TO)	50%
Coeficiente de Aproveitamento (CA)	2

Fonte: Lei Complementar 74 (2005), adaptado pela autoral,2023.

Ao verificar os valores encontrados nos índices para terreno escolhido, obteve as seguintes informações.

Tabela 6 - Áreas e índices limites, para o projeto.

INFORMAÇÕES LOTE	PERCENTUAIS / ÁREAS
Área total (AT)	2.415,24 m ²
Área Ocupada (AO)	1.207,62m ² (Máximo)
Área Construída (AC)	4.830,48 m ² (Máximo)
Taxa Permeável	25% (Mínimo)
Taxa de Ocupação (TO)	50% (Máximo)
Coeficiente de Aproveitamento (CA)	2 (Máximo)

Fonte: Elaboração autoral,2023.

Deste modo, a proposta projetual deverá enquadrar os valores indicados na tabela acima.

Sempre que refletimos sobre as UIACA, lembramos de crianças e adolescentes fragilizados por acontecimentos familiares de várias problemáticas psicológicas que afetam suas vidas durante uma fase importante de seu desenvolvimento, por isso uma reconexão desses indivíduos com um espaço que possua aspectos que lembrem ao conforto familiar, social e de aprendizagem é extremamente necessário.

Neste contexto, a proposta projetual almeja tornar-se um espaço direcionado ao apoio e abrigo temporário de crianças e adolescentes, onde ele deve ser discreto e possuir uma harmonia com o entorno.

O conceito central, foi elaborado a partir da palavra “Lar” que possui o significado de “Um espaço onde vive uma família” e a partir deste significado o projeto foi pensado na integração dos usuários, através de quatro pilares: Proteção, Acolhimento, Cuidado e Reintegração.

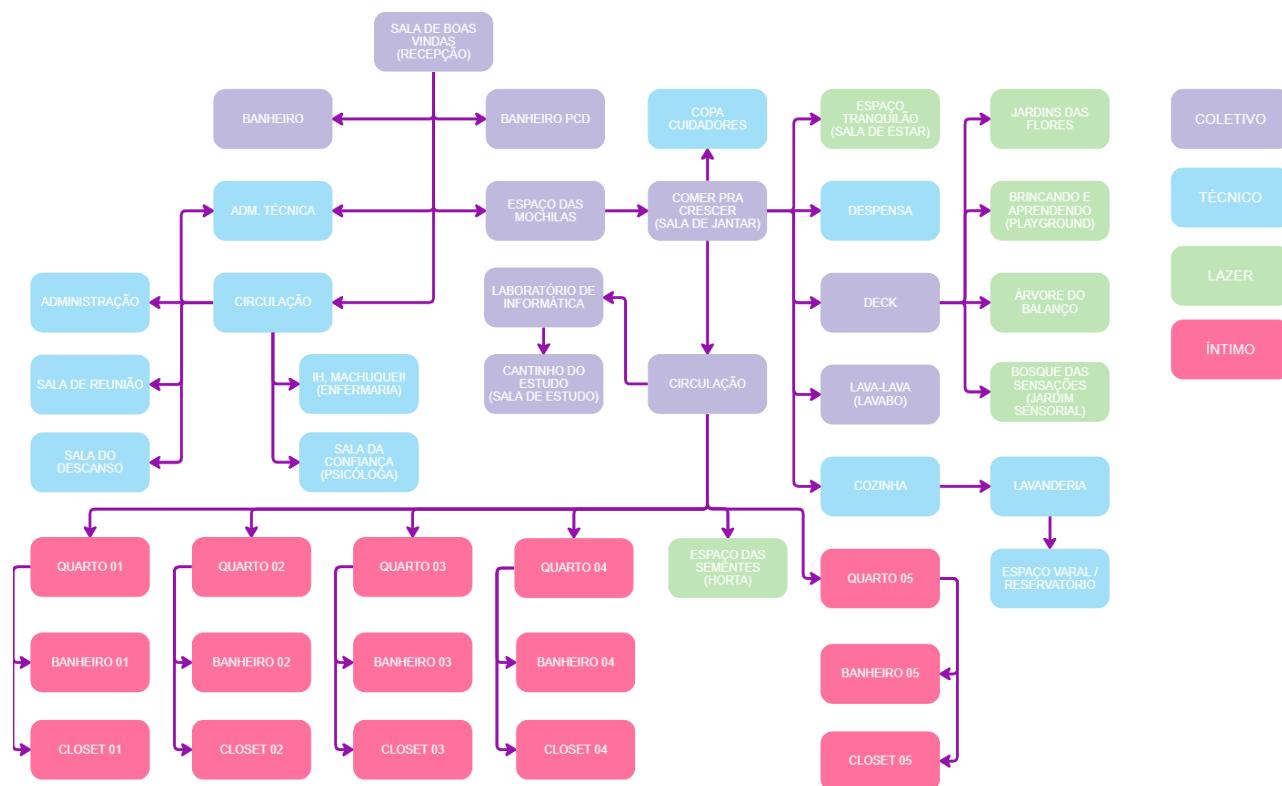
A funcionalidade do espaço teve relação com as normativas, como o PDDI, e ABNT 9050, 9077, 5626, 8160, 5410 e a cartilha de acolhimento a criança e adolescente que serviu como requisitos mínimos estipulados para esta unidade, onde no máximo podem ser abrigadas 20 crianças e adolescentes por unidade de acolhimento, a cartilha trouxe também informações de dimensões mínimas por usuário para dormitórios, sala de estar, cozinha e entre outros espaços, representados na Tabela 1 e depois compilada as sugestões de critérios representados na Tabela 3, a qual foi a base para elaborar o programa de necessidades utilizado no projeto.

A unidade funciona como uma casa de convívio que é separado em duas partes, sendo a primeira: a parte de convívio, aprendizagem, lazer e socialização e a segunda parte: técnica e direcionada a recepção, administração e entre outros serviços direcionados as crianças e adolescentes pelos servidores e cuidadores.

A setorização foi pensada a partir da integração entre espaços de lazer e sociais de utilização de convívio e separação dos espaços como dormitórios e banheiros que são compartilhados.

Outro item que foi utilizado e desenvolvido foi o fluxograma, em que o único acesso, diferente de vários modelos comuns que centralizam o mesmo, foi estipulado na entrada tem o objetivo possibilitar um melhor monitoramento sobre fluxo de pessoas, usuários do UAICA e cuidadores, garantindo segurança e privacidade.

Figura 59 - Fluxograma e setorização dos ambientes.



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Outra característica relevante sobre o acesso, é a escolha da via com menor fluxo de veículos, assim, tanto a entrada das crianças como dos cuidadores, deve seguir de maneira discreta, dificultando qualquer associação da edificação com uma UAICA pelos moradores vizinhos.

A característica que torna esse projeto único é a sua forma composta pela união de dois anéis, que viabilizou criar ambientes de proteção, privacidade e aconchego, além de propiciar idealização de espaços externos recreativos com maior contato com a natureza.

A escolha dos materiais seguiu como conceitos, leveza, aconchego e liberdade, as paredes internas foram pintadas com cores em tons pastéis remetendo a leveza aos ambientes internos. Para os pisos internos, a escolha para áreas técnicas e de uso coletivo, foi porcelanato, nos quartos, utilizou-se piso laminados remetendo o aconchego. A respeito do conceito liberdade, utilizou-se paredes com vidros, na parede que faz divisa com área externa e circulação interna.

4.6 Aspectos Volumétricos

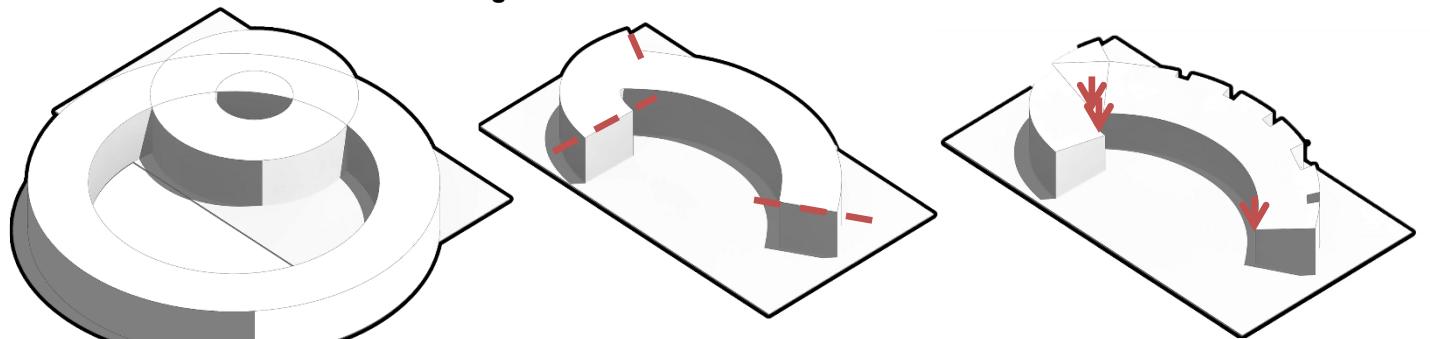
Conforme as diretrizes delineadas no Caderno de Orientações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) de 2009, o planejamento do serviço de acolhimento de crianças e adolescentes enfatiza a preferência por edificações residenciais, especialmente aquelas que se encontram próximas a outras residências ao redor da instituição. A falta de proximidade com comunidades residenciais pode resultar em um sentimento de isolamento, prejudicando a integração com o meio geográfico circundante. Diante desse cenário, surgiu o desafio de desenvolver soluções que atendessem de maneira mais eficaz a essa finalidade.

A transformação da Unidade de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (UAICA) em um ambiente acolhedor foi concebida com um desenho que evoca a imagem de um abraço orientado para o nascer do sol. Para mitigar a possibilidade de evasão dos acolhidos, as aberturas para a rua e a ventilação dos quartos foram estrategicamente posicionadas em níveis mais elevados em comparação ao padrão convencional, adotando o formato de brises para funcionarem não apenas como aberturas de ventilação, mas também como medida de segurança para evitar fugas.

Adicionalmente, foi desenvolvido um jardim sensorial e um bosque como espaços terapêuticos destinados a reduzir o estresse e a ansiedade, proporcionando uma experiência tranquilizadora através da estimulação sensorial. Projetado de maneira multidimensional, esses espaços visam envolver os acolhidos de forma emocional e sensorial, promovendo o relaxamento e o bem-estar.

Os elementos dos jardins sensoriais são cuidadosamente selecionados para oferecer uma variedade de estímulos, incluindo texturas diversificadas de plantas e materiais como cascalho, pedras e madeira, além de aromas provenientes de flores e ervas. A arborização do terreno foi preservada, incorporando árvores frutíferas e espécies nativas do cerrado, o que contribui para enriquecer a experiência sensorial e promover uma conexão mais profunda com a natureza local.

Figura 60 - Desenvolvimento da Forma.



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

A forma foi inspirada na união de dois anéis, com objetivo trazer o aconchego e proteção, além de proporcionar uma área de pátio ampla e protegida.

Figura 61 – Planta Situação.



Esc. 1:300

Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Figura 62 – Implantação.



Esc. 1:300



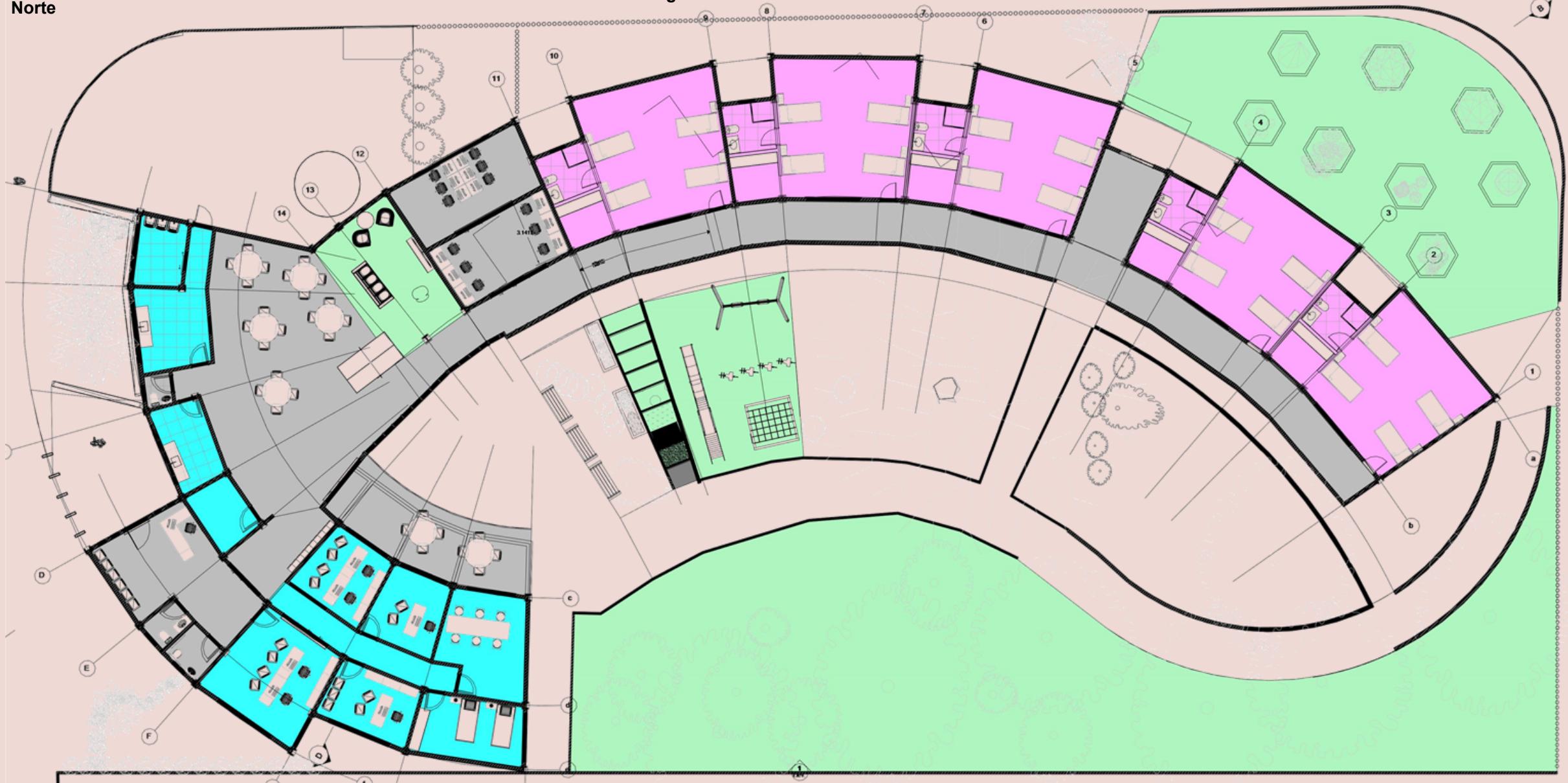
ACESSO PEDESTRE

Fonte: Elaboração autoral, 2023.



Norte

Figura 63 – Planta Setorial



LEGENDA

Esc.1:200

Fonte: Elaboração autoral, 2023.

- COLETIVO
- TÉCNICO
- LAZER
- ÍNTIMO

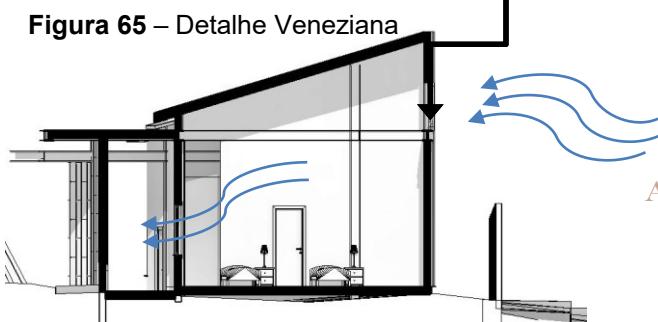
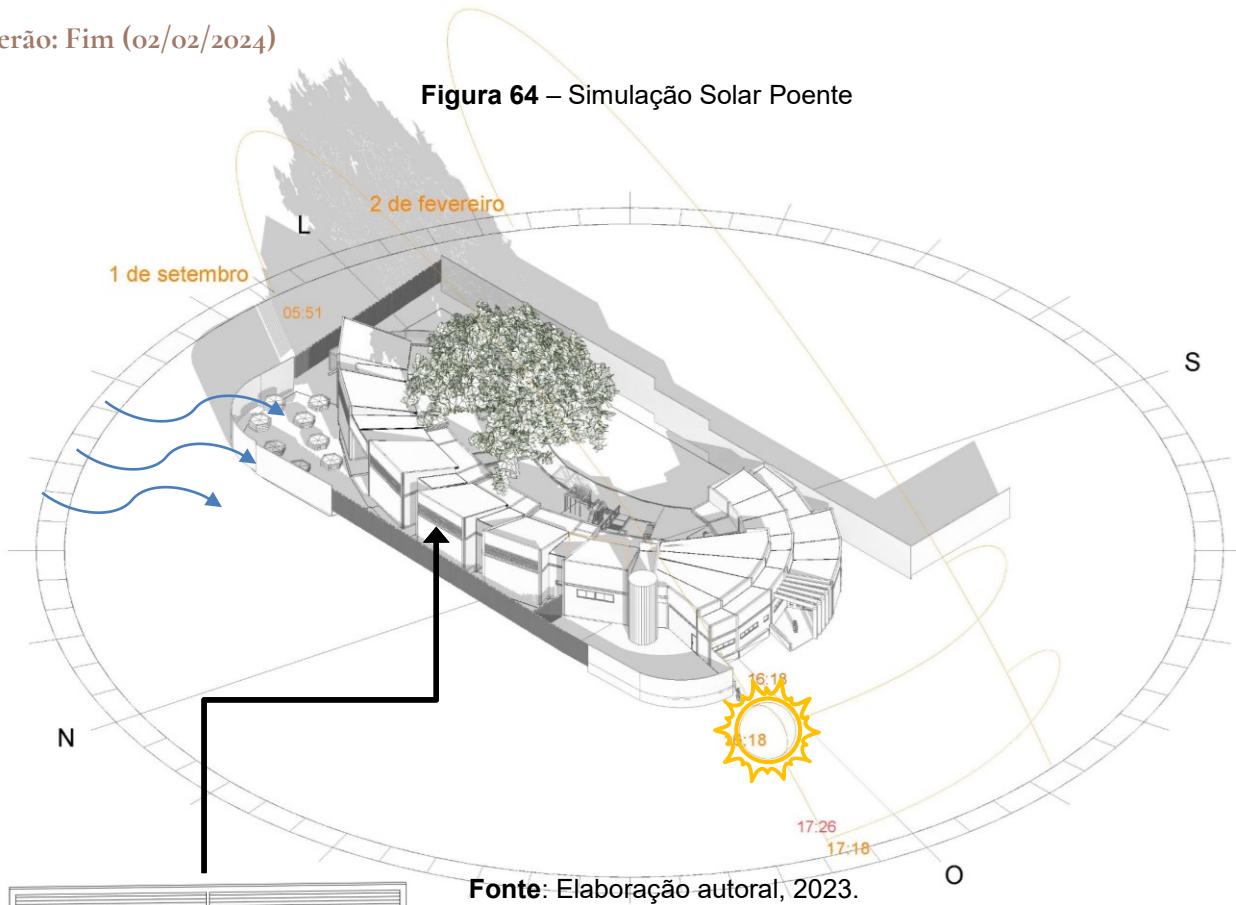
Análise Solar e Vento

POENTE

A estudo seguiu com as estações de maior período de luz solar conforme apresentado abaixo:

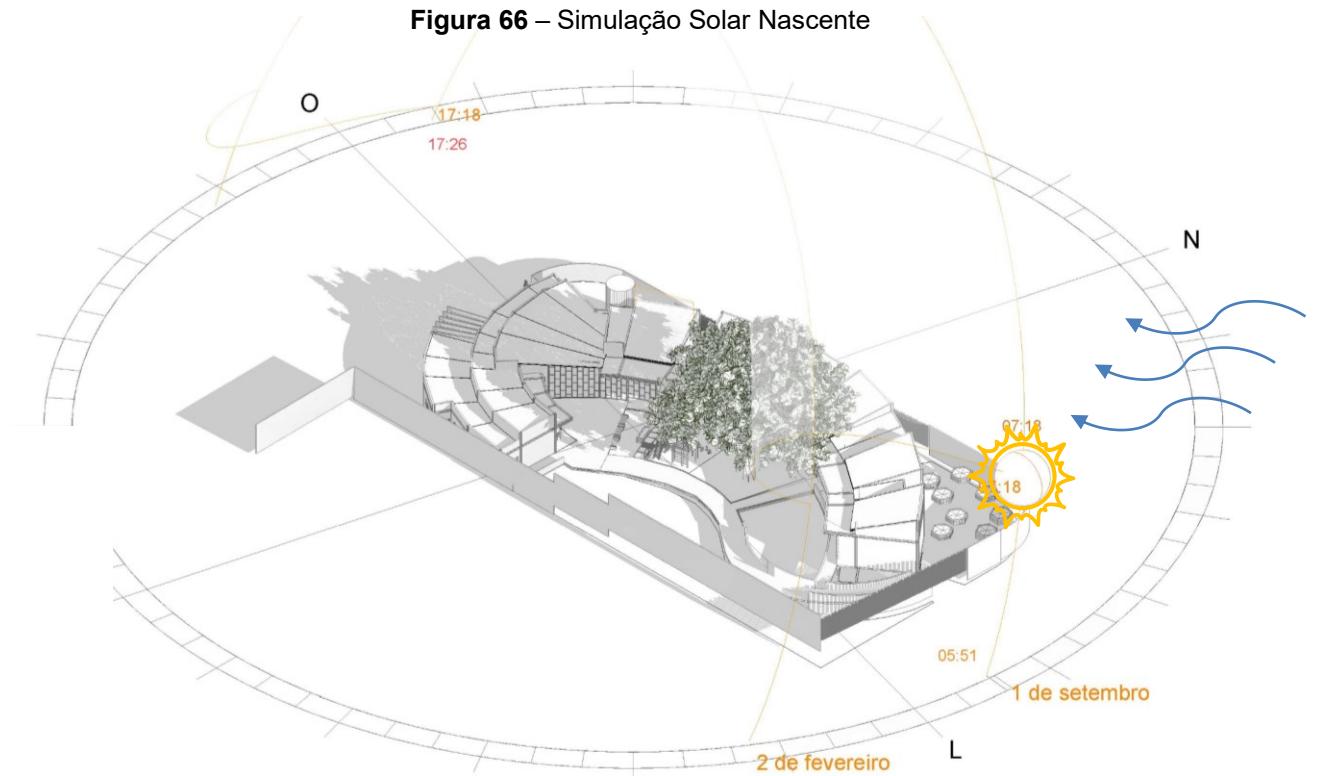
Primavera: Início (01/09/2023)

Verão: Fim (02/02/2024)



A direção predominante é NORDESTE, segundo Gráfico INMET 2016.

Figura 66 – Simulação Solar Nascente



NASCENTE Fonte: Elaboração autoral, 2023.

A estudo seguiu com as estações de maior período de luz solar conforme apresentado abaixo:

Primavera: Início (01/09/2023)

Verão: Fim (02/02/2024)

Gráfico Rosa dos Ventos

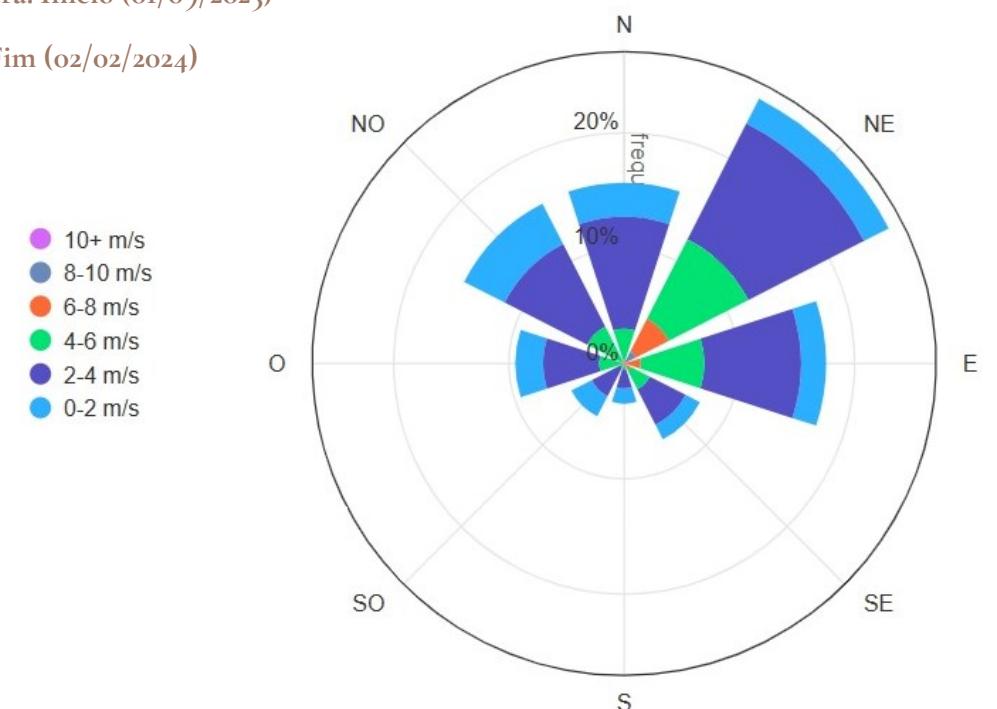


Figura 69 – Planta Técnica 2-2

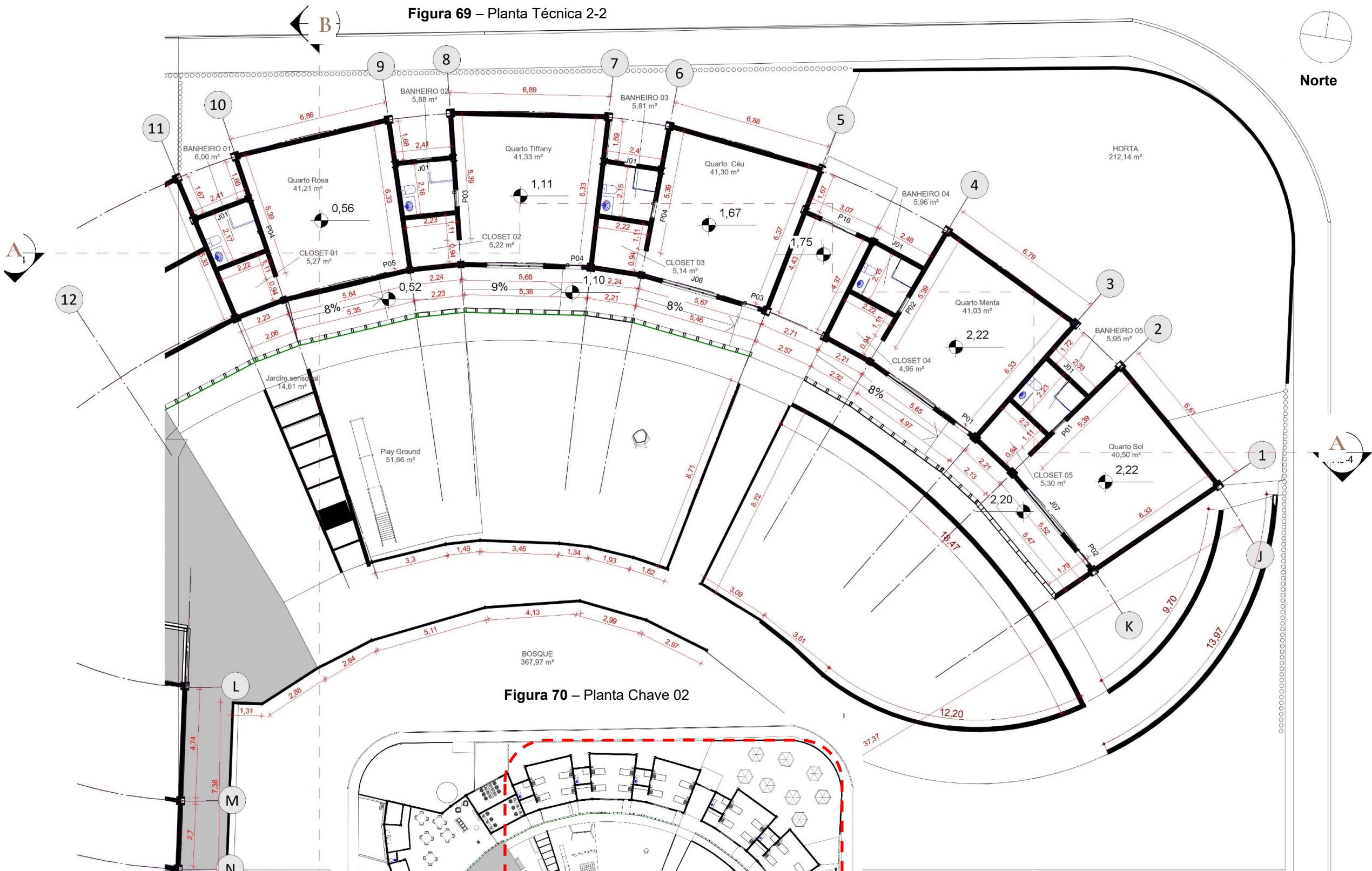


Figura 70 – Planta Chave 02



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Esc. 1:150

Esc. 1:500

Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Tabela 7 – Mapa Janelas

Mapa de Janelas						
ID de Elemento	Quantidade	Tamanho L x A	Altura de soleira da Janela	Altura da padieira da Janela	Tipo de Abertura	Material
J01	5	0,80x0,60	2,05	2,65	Basculante	Alumínio; Vidro
J01	1	0,80x0,60	2,65	3,25	Basculante	Alumínio; Vidro
J01	1	0,80x0,60	3,15	3,75	Basculante	Alumínio; Vidro
J01	2	0,80x0,60	1,5	2,1	Basculante	Alumínio; Vidro
J01	2	0,80x0,60	3,7	4,3	Basculante	Alumínio; Vidro
J02	1	0,80x0,60	1,5	2,1	Basculante	Alumínio; Vidro
J03	1	1,50x1,90	0,2	2,1	Basculante	Alumínio; Vidro
J03	2	2,30x1,90	0,2	2,1	Basculante	Alumínio; Vidro
J04	1	2,30x1,90	0,2	2,1	Basculante	Alumínio; Vidro
J04	5	3,00x0,60	1,5	2,1	Correr	Alumínio; Vidro
J05	1	2,30x1,90	0,2	2,1	Basculante	Alumínio; Vidro
J05	1	4,00x1,00	2,5	3,5	Correr	Alumínio; Vidro
J06	1	2,50x1,35	1,3	2,65	Correr	Alumínio; Vidro
J06	1	2,50x1,35	1,85	3,2	Correr	Alumínio; Vidro
J06	1	2,50x1,35	2,4	3,75	Correr	Alumínio; Vidro
J06	1	2,50x1,35	2,95	4,3	Correr	Alumínio; Vidro
J07	1	2,50x1,35	2,95	4,3	Correr	Alumínio; Vidro

Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Tabela 8 – Mapa Portas

Mapa de Portas					
ID de Elemento	Quantidade	Tamanho L x A	Cotas Folha	Tipo de Abertura	Material
P01	2	0,80x2,10	0,72x2,06	Abrir Simples	Madeira
P02	2	0,80x2,10	0,72x2,06	Abrir Simples	Madeira
P03	2	0,80x2,10	0,72x2,06	Abrir Simples	Madeira
P04	1	0,90x2,10	0,82x2,06	Abrir Simples	Madeira
P04	4	0,80x2,10	0,72x2,06	Abrir Simples	Madeira
P05	2	0,80x2,10	0,72x2,06	Abrir Simples	Madeira
P06	1	0,80x2,10	0,72x2,06	Abrir Simples	Madeira
P07	1	0,80x2,10	0,72x2,06	Abrir Simples	Madeira
P08	2	0,80x2,10	0,72x2,06	Abrir Simples	Madeira
P09	2	0,80x2,10	0,72x2,06	Abrir Simples	Madeira
P10	2	0,80x2,10	0,72x2,06	Abrir Simples	Madeira
P11	1	0,80x2,10	0,72x2,06	Abrir Simples	Madeira
P13	1	2,00x2,10	1,94x2,07	Correr 4 Folhas	Alumínio; Vidro
P13	1	2,50x2,10	2,44x2,07	Correr 4 Folhas	Alumínio; Vidro
P13	3	3,00x2,10	2,94x2,07	Correr 4 Folhas	Alumínio; Vidro
P14	1	0,90x2,10	0,80x2,05	Correr 2 Folhas	Alumínio; Vidro
P14	1	2,50x2,70	2,44x2,67	Correr 4 Folhas	Alumínio; Vidro
P16	1	1,70x2,70	1,64x2,67	Correr 4 Folhas	Alumínio; Vidro

Fonte: Elaboração autoral, 2023.

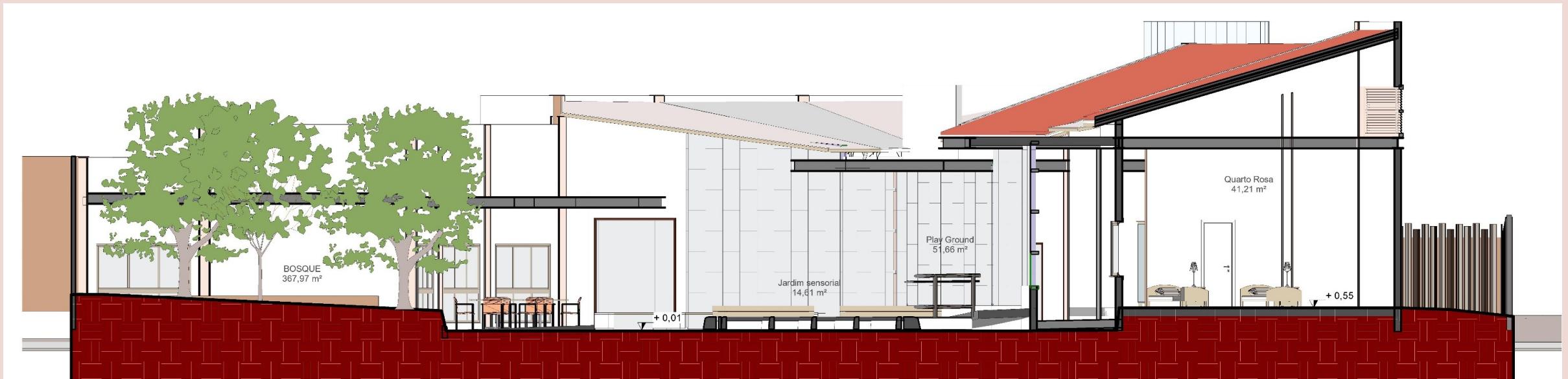
Figura 71 – Corte A



Esc. 1:175

Fonte: Elaboração autoral, 2023.

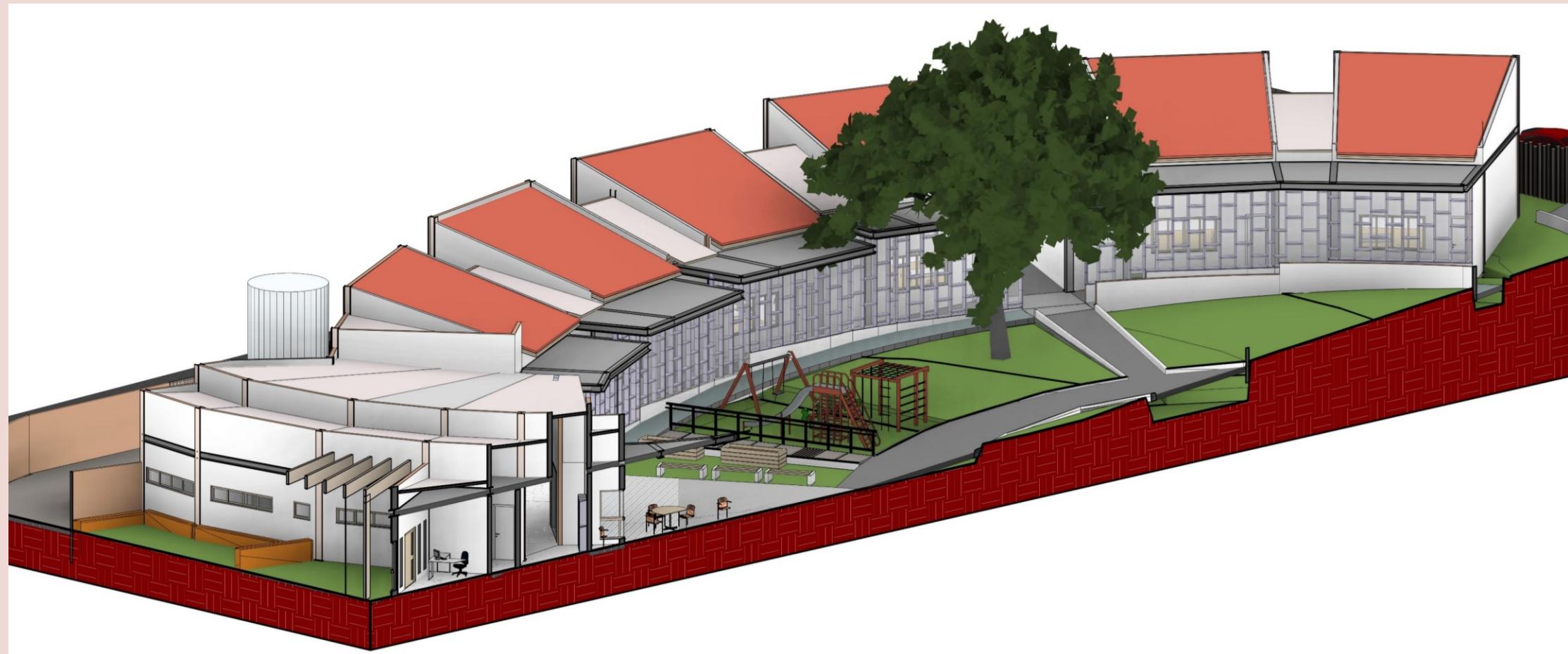
Figura 72 – Corte B



Esc. 1:100

Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Figura 74 – Isométrico



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Materiais

Na estrutura foi utilizado:

- Fundação: Sapatas
- Pilares : Vigas W
- Vigas: Vigas W
- Coberturas: Metálicas nas áreas técnicas e comum. Laje e telha cerâmica nas áreas íntimas.

Na edificação foi considerado:

- Paredes: Pintura acrílica com cores em tom pasteis.
- Piso : Área comum e técnica granilite. Área íntima piso taco
- Ventilação permanente: Venezianas
- Iluminação: Estrutura vidro no corredor.

4.8 Perspectivas

Figura 75 – Sala de Administração



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Figura 76 – Sala de Administração Técnica



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Figura 77 – Cozinha



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Figura 78 – Deck área externa



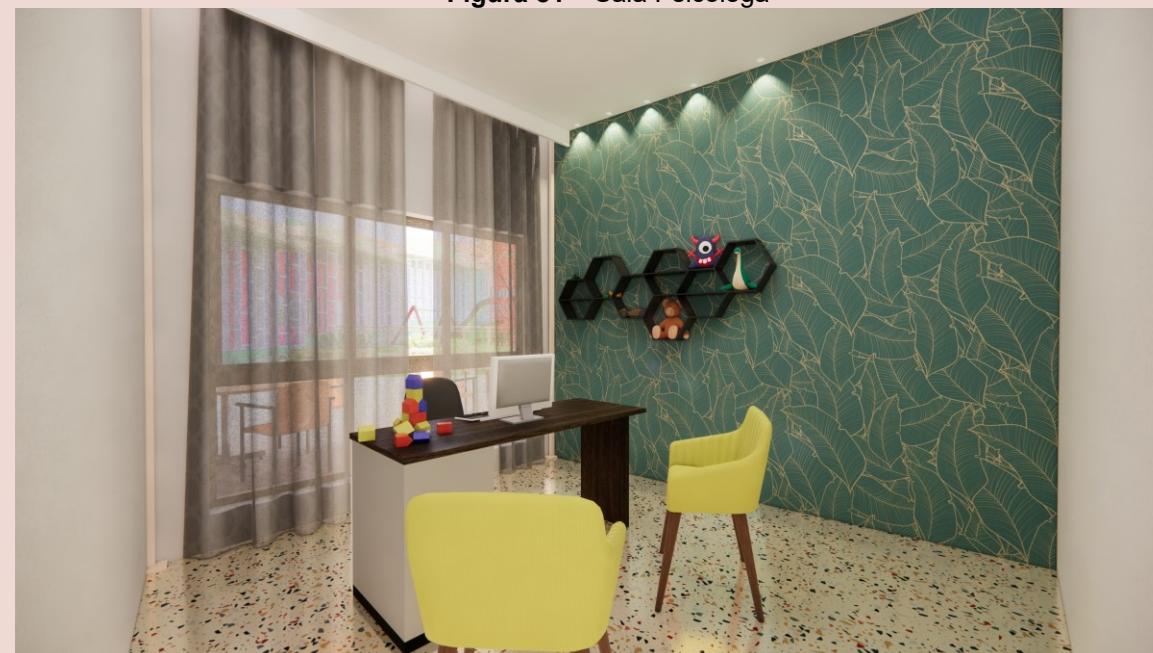
Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Figura 79 – Sala descanso



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Figura 81 – Sala Psicóloga



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Figura 80 – Sala de enfermaria



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Figura 82 – Recepção



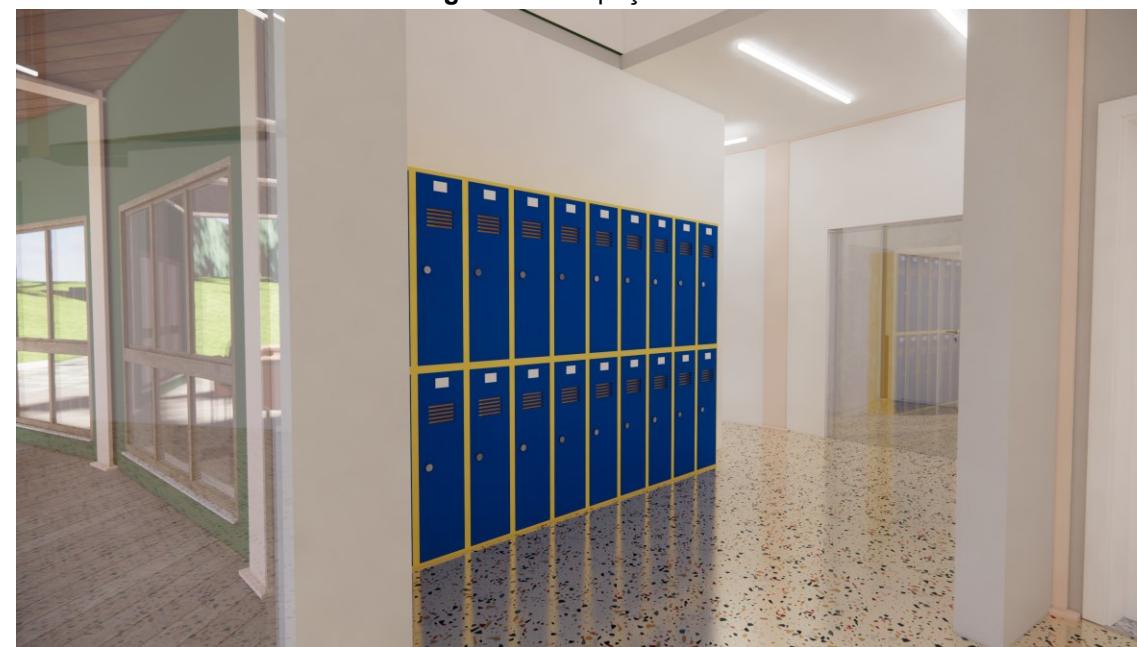
Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Figura 83 – Sala de informática



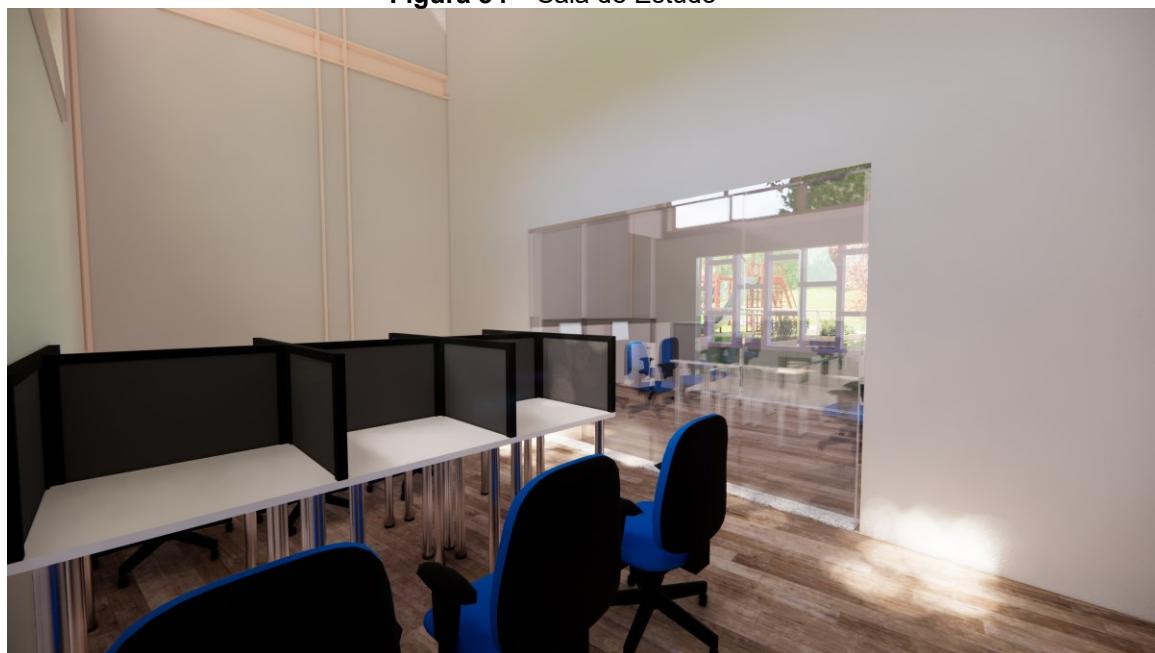
Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Figura 85 – Espaço mochilas



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Figura 84 – Sala de Estudo



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Figura 86 – Refeitório / Sala de estar



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Figura 87 – Quarto tipo



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Figura 89 – Jardim Sensorial



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Figura 88 – Playground



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Figura 90 – Horta



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Figura 91 – Deck



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Figura 93 – Fachada Rua Dr. Osvaldo Arantes Filho



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Figura 92 – Bosque



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Figura 94 – Fachada Rua Flocos



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Figura 95 – Fachada Rua Coronel Cacildo Arantes



Fonte: Elaboração autoral, 2023.

A disposição dos ambientes foi o ponto chave para desenvolver um projeto onde as crianças pudessem sentir acolhidas e protegidas. Os ambientes para atividades inerentes ao funcionamento da UAICA sejam da parte técnica ou das áreas de desenvolvimento da criança, foram cuidadosamente projetados.

Tabela 9 - Áreas e índices do projeto.

INFORMAÇÕES LOTE	ÁREAS / PERCENTUAIS
Área total (AT)	2.415,24 m ²
Área de Ocupada (AO)	657,04 m ²
Área Construída (AC)	657,04 m ²
Taxa Permeável	72,80%
Taxa de Ocupação (TO)	0,27%
Coefficiente de Aproveitamento (CA)	0,27%

Fonte: Elaboração autoral, 2023.

Deste modo, validou-se que o projeto atende os índices de referentes ao Plano Diretor e a Lei Complementar 74 (2005), indicados para o terreno.

5 CONCLUSÃO

Este estudo teve início investigando o habitat doméstico e como ele é percebido e vivenciado por seus habitantes, tanto de forma objetiva, relacionada à fisicalidade da moradia, quanto de maneira subjetiva, envolvendo questões pessoais específicas que influenciam essas relações. Realizaram-se visitas a instituições de acolhimento de crianças e adolescentes em Campo Grande - MS, nas quais foram coletados relatos que fundamentaram a análise, embasados por abordagens teóricas pertinentes ao tema.

Foi observado um processo complexo de atribuição de significados ao habitar doméstico, que abrange desde o uso objetivo e subjetivo do espaço físico até a configuração do espaço privado e íntimo, as rotinas cotidianas e a formação da identidade através da experiência de habitação.

Conclui-se que, ao integrar a revisão bibliográfica com os dados obtidos nas visitas às UAICAS e ao utilizar a arquitetura como uma ferramenta ativa, foi possível desenvolver um projeto relevante. Este projeto visa beneficiar a sociedade ao impactar positivamente o desenvolvimento dos acolhidos, proporcionando-lhes um ambiente onde possam sentir-se cuidados, acolhidos e protegidos.

6 REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Mirella Souza (1983). **Risco e Vulnerabilidade: razões e implicações para o uso na Política Nacional de Assistência Social**. 2012. 133 páginas (Dissertação de Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, 2012.

ASSIS, Jacira Helena do Valle Pereira. e SANTOS, Janaina Soares Cecilio dos. PARTE II - [2.6] **Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: relato de uma experiência formativa**. (p.121-125). [caderno 6] - Programa Escola de Conselhos – PREAE/UFMS. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2015. Disponível: [http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/ufms/UFMS\(...\)completo.pdf](http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/ufms/UFMS(...)completo.pdf). Acesso: julho 2022.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARONE, A. C. M.; GOMES, G. F. M. **Arquitetura e Psicologia: A Importância do Espaço Físico no Acolhimento Institucional Temporário para Crianças e Adolescentes**. Disponível: http://www.cic.fio.edu.br/anaisCIC/anais2018/pdf/02_03.pdf. Acesso: julho 2022.

BERGER, Prof. Dra. Maria Virgínia Bernardi. **Aspectos Históricos e Educacionais dos Abrigos de Crianças e Adolescentes: a Formação do Educador e o Acompanhamento dos Abrigados**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.18, p. 170 - 185, jun. 2005 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5324/art17_18.pdf. Acesso: julho 2022.

BRASIL. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revogam (...) - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. 2009.

"Creche HN / HIBINOSEKKEI + Youji no Shiro" [HN Nursery / HIBINOSEKKEI + Youji no Shiro] 22 Set 2018. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/902413/creche-hn-hibinosekkei-plus-youji-no-shiro> > Acessado 12 Jan 2023.

BRASIL. Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial. 1990.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada**. 2005. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=0b07e9d2-4456-40ec-9ca0-0b037eb96576>. Acesso em: 29 julho. 2022.

Ministério da Saúde – **Caminhos para uma Política de Saúde Mental Infanto-juvenil**, Brasília, editora MS, 2005. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caminhos_politica_saude_mental_infanto_juvenil.pdf, Acesso em: 28 de novembro 2023.

MDS. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, junho de 2009. Disponível [https://www.mds.gov.br/\(...\)tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf](https://www.mds.gov.br/(...)tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf) Acesso em 29 de julho de 2022.

6 REFERÊNCIAS

GULASSA, Maria Lucia Carr Ribeiro. **Novos rumos do acolhimento institucional /São Paulo: (organização) NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente**, 2010.

HEIDEGGER, Martin. **Construir, Habitar, Pensar**. In: Ensaios e Conferências. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. (Trabalho original publicado em 1951).

ORIENTAÇÕES técnicas: **Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília. 2009.

CAMARGO, Érica. **Casa, doce lar: o habitar doméstico percebido e vivenciado**. 2007. 381 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SAVI, A. E. **Abrigo ou lar? Um olhar arquitetônico sobre os abrigos de permanência continuada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social**. 2008.

SAVI, Aline Eyng e DISCHINGER, Marta. **HABITAR DOMÉSTICO: Notas sobre a ambiência no habitar doméstico de acolhimento institucional para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social**. (2016; p.58-68)

THIBAUD, Jean-Pau. **A cidade através dos sentidos**. (Psicologia e Ambiente/ artigo foi publicado em francês(...))logies Urbaines. Olivier Coutard & Jean-Pierre Lévy (eds.), Editions Economica, Paris, 2010, pp. 198-213.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Editora Vozes, Petrópolis 1999. (Trabalho original publicado em 1975).